



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Número da Certidão: **156976/2025**

Validade: **31/03/2026**

CERTIFICAMOS que a empresa abaixo mencionada está registrada neste Conselho, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscritas à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

CERTIFICAMOS, ainda, que esta Certidão não concede à pessoa jurídica o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos abaixo citados, dentro de suas respectivas atribuições.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA

Fantasia: EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Capital Social: R\$ 50.000.000,00

Registro: 21262/RF

CNPJ: 15.131.446/0001-22

Registro no Crea-GO: 14/01/2015

ENDEREÇO

Rodovia BR-050 km 245 N.º: s/n

CEP: 75714300

Cidade: Catalão

Bairro: Distrito de Pires Belo

UF: GO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

OBJETIVOS SOCIAIS

A) TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO (EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO MINÉRIO); B) DESENVOLVER, ELABORAR E/OU COORDENAR A EXECUÇÃO DE ESTUDOS, PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS PRIVADOS PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OU PROJETOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA, POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E/OU OUTROS ADMITIDOS EM LEI; C) SERVIÇOS GERAIS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, FERROVIÁRIA, LIMPEZA E OUTROS DE MANUTENÇÃO PREDIAL; D) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS; E) LIMPEZA PÚBLICA E RURAL; F) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS PÚBLICOS COM CAMINHÃO COMPACTADOR; G) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MINERAÇÃO; H) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS; I) VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS; J) CAPINA MANUAL, MECANIZADA E QUÍMICA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS; K) IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO; L) OBRAS RODOVIÁRIAS, FERROVIÁRIAS, AEROPORTUÁRIAS; M) PROJETOS DE ENGENHARIA; N) SERVIÇOS DE USINAGEM, CONCRETAGEM, BRITAGEM E RELACIONADOS; O) CONFECCÃO, USINAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO; P) ADMINISTRAÇÃO E LOCAÇÃO DE MOVEIS E IMÓVEIS E A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS; Q) MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS, CARGA E TRANSPORTE E LOGÍSTICA; R) EXTRAÇÃO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS EM GERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL; S) A PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES COMO QUOTISTA OU ACIONISTA. T) CONFECCÃO, USINAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA; U) CONFECCÃO, USINAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE BRITA E AGREGADOS; V) CONFECCÃO, USINAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE CONCRETO (TIPO PORTLAND); W) CONFECCÃO, USINAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO; X) LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PESSOAL PARA EMPRESA CLIENTE.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

EDNILSON ARTIOLI

Título: Engenheiro Civil

Data de Admissão: 21/05/2020

RNP: 2604448386

do artigo 07, da Resolucao 218, de 29 de junho de 1973 e do CONFEA.

ROBERTO DIAS BOAVENTURA

Título: Engenheiro de Minas

Data de Admissão: 24/05/2022

RNP: 1403890773

LEI 0000 DECRETO 00000 RESOLUCAO 218 ARTIGO 014

IVAN ALVARES FERNANDES

Título: Engenheiro Civil

Data de Admissão: 23/04/2024

RNP: 1701831449

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º; Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º; Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Título: Engenheiro Civil

Data de Admissão: 26/04/2024

RNP: 2603574884

do artigo 07, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973 e do CONFEA.

INFORMAÇÕES/NOTAS

- a) Os dados supra referem-se à situação da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na presente data.
- b) Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome da Empresa, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua emissão.
- c) A falsificação deste documento constitui-se crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o (a) autor (a) à respectiva ação penal.
- d) Este documento é válido em todo o território nacional.
- e) Certidão expedida, gratuitamente, via internet, com base na Portaria nº 114/2009/CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Certidão emitida em: 25/03/2025 12:39:07.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada com o QRcode ao lado ou pelo site do CREA-GO:

www.creago.org.br

> certidões

>> autenticidade

Código de Autenticação: **e1b20c84**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Número da Certidão: **79673/2025**

Validade: **31/03/2026**

CERTIFICAMOS que o(a) profissional abaixo mencionado(a) está registrado(a) neste Conselho, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68 e 69 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que o(a) referido(a) profissional não se encontra em débito com o CREA-GO.

DADOS DO(A) PROFISSIONAL

Nome: EDNILSON ARTIOLI

Títulos: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2604448386

Número do Registro: 134334/D-SP

Data de Registro no CONFEA: 21/12/1985

CPF: ***.887.71*.*

Crea de Origem: SP

Data de Registro no Crea-GO: 07/07/2011

ANUIDADES

Exercício: 2025 à vista

Exercício: 2024 à vista

Exercício: 2023 à vista

GRADUAÇÕES

ENGENHEIRO CIVIL

Data de Inclusão: 07/07/2011

Situação: Definitivo

Atribuições: DO ARTIGO 07, DA RESOLUCAO 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA.

INFORMAÇÕES/NOTAS

- Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do(a) profissional, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua emissão.
- A falsificação deste documento constitui-se crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Este documento é válido em todo o território nacional.
- Certidão expedida, gratuitamente, via internet, com base na Portaria nº 114/2009/CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Certidão emitida em: 20/05/2025 14:55:12.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada com o QRcode ao lado ou pelo site do CREA-GO:

www.creago.org.br

> certidões

>> autenticidade

Código de Autenticação: **200a90f6**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Número da Certidão: **143457/2025**

Validade: **31/03/2026**

CERTIFICAMOS que o(a) profissional abaixo mencionado(a) está registrado(a) neste Conselho, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68 e 69 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que o(a) referido(a) profissional não se encontra em débito com o CREA-GO.

DADOS DO(A) PROFISSIONAL

Nome: RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Títulos: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2603574884

CPF: ***.032.35*.*

Número do Registro: 5060734597/D-SP

Crea de Origem: SP

Data de Registro no CONFEA: 05/02/2000

Data de Registro no Crea-GO: 08/07/2011

ANUIDADES

Exercício: 2025 à vista

Exercício: 2024 à vista

Exercício: 2023 à vista

GRADUAÇÕES

ENGENHEIRO CIVIL

Data de Inclusão: 05/02/2000

Situação: Definitivo

Atribuições: DO ARTIGO 07, DA RESOLUCAO 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA.

INFORMAÇÕES/NOTAS

- Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do(a) profissional, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua emissão.
- A falsificação deste documento constitui-se crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Este documento é válido em todo o território nacional.
- Certidão expedida, gratuitamente, via internet, com base na Portaria nº 114/2009/CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Certidão emitida em: 20/05/2025 14:56:43.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada com o QRcode ao lado ou pelo site do CREA-GO:

www.creago.org.br

> certidões

>> autenticidade

Código de Autenticação: **25b510f5**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Número da Certidão: **276070/2025**

Validade: **31/03/2026**

CERTIFICAMOS que o(a) profissional abaixo mencionado(a) está registrado(a) neste Conselho, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68 e 69 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que o(a) referido(a) profissional não se encontra em débito com o CREA-GO.

DADOS DO(A) PROFISSIONAL

Nome: IVAN ALVARES FERNANDES

Títulos: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1701831449

Número do Registro: 79554/D-PR

Data de Registro no CONFEA: 21/03/2005

CPF: ***.119.49*.-**

Crea de Origem: PR

Data de Registro no Crea-GO: 26/06/2020

ANUIDADES

Exercício: 2025 à vista

Exercício: 2024 à vista

Exercício: 2023 à vista

GRADUAÇÕES

ENGENHEIRO CIVIL

Data de Inclusão: 26/06/2020

Situação: Definitivo

Atribuições: DECRETO FEDERAL N.º 23.569/1933 - ART. 28º; LEI FEDERAL N.º 5.194/1966 - ART. 7º; RESOLUÇÃO DO CONFEA N.º 218/1973 - ART. 7º



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

INFORMAÇÕES/NOTAS

- a) Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do(a) profissional, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua emissão.
- b) A falsificação deste documento constitui-se crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- c) Este documento é válido em todo o território nacional.
- d) Certidão expedida, gratuitamente, via internet, com base na Portaria nº 114/2009/CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Certidão emitida em: 20/05/2025 14:51:37.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada com o QRcode ao lado ou pelo site do CREA-GO:

www.creago.org.br

> certidões

>> autenticidade

Código de Autenticação: **129ece2b**





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2620210003078

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional EDNILSON ARTIOLI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: EDNILSON ARTIOLI
Registro: 601343340-SP RNP: 2604448386
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230210278328 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 02/03/2021 Baixada em: 02/03/2021
Forma de Registro: SUBSTITUIÇÃO à 92221220130712003
Participação Técnica: EQUIPE
Empresa Contratada: CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Contratante: RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.
RODOVIA ANTÔNIO ROMANO SCHINCARIOL No.:
Complemento: KM 112+400 Bairro: JARDIM TOKIO
Cidade: Tatuí UF: SP CEP: 18279588 . PAIS: BRASIL
Contrato: CCR-CT-ST-4600019709/13 Celebrado em: 08/05/2013
Vinculado à ART: 28027230201312283, 28027230201312681, 28027230201321972, 28027230201312563
Valor do Contrato: R\$ 55.779.870,75 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Endereço da Obra/serviço: RODOVIA RAPOSO TAVARES No.:
Complemento: KM 148+000 E O 158+400M Bairro:
Cidade: Alambari UF: SP CEP: 18220000 . PAIS: BRASIL
Data de início: 30/05/2013 Conclusão Efetiva: 21/01/2015 Coordenadas Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA
Proprietário: RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A. CNPJ: 03.497.792/0001-40
Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Dreno. 17647,96000 metro. 2) Execução, Execução, Terraplenagem. 687659,12000 metro cúbico. 3) Execução, Execução, Pavimentação. 291555,82000 metro quadrado.

Observações

ESTA ART REFERE-SE EXECUÇÃO DA OBRA DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA SP-270, DO KM 48+000 AO KM 158+400, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE RETORNO NOS KMS 150+900 E 158+400, A TRANSPOSIÇÃO NO KM 157+000, A INFRAESTRUTURA PARA REDE DE FIBRA ÓPTICA E CALL BOX DO KM 145+135 AO KM 158+400, ALÉM DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, REMOÇÃO DE SOLO MOLE, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS DE ARTE CORRENTE E DRENAGEM, ELEMENTOS DE SEGURANÇA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, PAISAGISMO E TODOS OS DEMAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA.

Informações Complementares

O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.
Valor inicial do contrato - R\$ 61.420.654,95
Redução de Valor do contrato - R\$ 5.640.784,20
Valor final do contrato - R\$ 55.779.870,75

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima, contendo 9 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No. 2620210003078
31/03/2021 13:33:23
Autenticação Digital: C3Cx6nx1ICByKTB10Kfs631k5U6Ba5F

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



ATESTADO TÉCNICO

A **RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A**, com sede à Rod. Antonio Romano Schincariol S/Nr - Guardinha - Tatuí - SP - 18277-670, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.497.792/0001-40, **atesta** que a empresa **CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA**, com sede à R MINAS DE PRATA 30 CONJ. 91 - VILA OLIMPIA - SÃO PAULO - SP - 04552-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.154.385/0001-40, **executou de forma adequada** os serviços de Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), trecho do km 148+000 ao km 158+400, de acordo com o contrato **4600019709**. O prazo contratual para a execução dos serviços foi de 30 de maio de 2013 a 21 de janeiro de 2015, **no valor total Global de R\$ 55.779.870,75 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), onde todos os custos diretos e indiretos estão inclusos.**

Abrangência dos serviços executados:

Fez parte do escopo desta contratação, o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para a realização da obra de duplicação da rodovia SP-270, do km 148+000 ao km 158+400, compreendendo a implantação de dispositivos de retorno nos kms 150+900 e 158+400, a transposição no km 157+000, a infraestrutura para rede de fibra óptica e *call box* do km 145+135 ao km 158+400, além dos serviços de terraplenagem, remoção de solo mole, pavimentação, obras de arte corrente e drenagem, elementos de segurança, sinalização horizontal e vertical, paisagismo e todos os demais necessários à completa execução do objeto.

As principais quantidades executadas foram as seguintes:

ITEM	SERVIÇO	UN	QUANTIDADE
1	Derrubada e destocamento árvore com perímetro > 78cm	un	52,00
2	Limpeza mecânica terreno, incluindo destocamento de árvores perímetro > 78cm	m2	405.974,45
3	Carga de material de limpeza	m3	81.194,91
4	Transporte material de limpeza além de 1 km	m3k	405.974,55
5	Escavação e carga de material de 1/2ª categoria	m3	687.659,12
6	Escavação e carga material de 3ª categoria	m3	16.542,07
7	Compactação de aterro	m3	565.150,27
8	Espalhamento, regularização e compactação de material em bota-fora	m3	160.718,96
9	Transporte de 1ª/2ª categoria até 1 km	m3k	206.735,12
10	Transporte de 1ª/2ª categoria até 5 km	m3k	533.101,28
11	Transporte de 3ª categoria além de 1 km	m3k	325.555,07
12	Compactação 100% PI de camada de reforço de subleito	m3	61.862,30

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



13	Enchimento de vala com pedra rachão	m3	10.179,11
14	Enchimento de vala com pedra britada 1 e 2	m3	1.354,78
15	Escavação e carga solo mole	m3	61.282,80
16	Transporte de solo mole alem 2 km	m3k	306.414,00
17	Demolição de pavimento flexível, inclusive bases e sub-bases	m3	11.638,44
18	Fresagem descontínua de pavimento, independente de espessura	m3	496,89
19	Transporte de material proveniente de demolição de pavimento	m3k	60.676,65
20	Escavação material jazida para reforço de subleito	m3	51.800,74
21	Transporte material para reforço de subleito - até 5 km	m3k	259.003,71
22	Macadame seco	m3	6.670,41
23	Sub-base ou base brita graduada tratada c/cimento, camada acabada	m3	22.982,68
24	Sub-base ou base brita graduada simples	m3	25.018,22
25	Imprimadura betuminosa impermeabilizante, inclusive fornecimento material betuminoso	m2	291.555,82
26	Imprimadura betuminosa ligante, inclusive fornecimento material betuminoso	m2	163.664,50
27	Imprimadura betuminosa ligante modificada com polímero, incl forn mat betuminoso	m2	118.537,81
28	Fornecimento e aplicação de CBUQ, inclusive forn material betuminoso	m3	979,18
29	Fornecimento e aplicação de Binder, inclusive forn material betuminoso	m3	9.944,20
30	Fornecimento e aplicação de CBUQ com borracha, inclusive fornecimento de material betuminoso	m3	4.909,40
31	Fornecimento e aplicação de PMQ, inclusive forn material betuminoso	m3	1.155,83
32	Remoção canalização Ø > 0,60m	m	152,02
33	Remoção de dispositivos de drenagem (sarjetas, canaletas, etc)	m3	1.185,58
34	Demolição de Concreto Armado (caixas, etc)	m3	245,00
35	Transporte de material proveniente de demolição para bota fora	m3k	63.284,62
36	Disposição final em bota fora, incluindo pagamento de royaltie (materiais de demolição, exceto pavimento)	m3	1.430,58
37	Caixa de contenção CP-1A	un	7,00
38	Dreno longitudinal raso DLR-2	m	17.647,96
39	Dreno transversal raso DTR	m	306,20
40	Dreno longitudinal profundo em solos arenosos DPL	m	6.082,78
41	Bacia de captação para bueiros enterrados DR-16	un	18,00
42	Dreno de talvegue DT	m	210,00
43	Boca tipo C2 - concreto armado - bueiro simples (Ø = 0,80 m)	un	2,00
44	Boca tipo C1 - concreto armado - bueiro simples (Ø = 0,80 m)	un	18,00
45	Boca tipo C1 - concreto armado - bueiro simples (Ø = 1,00 m)	un	8,00

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



46	Boca tipo C1 - concreto armado - bueiro simples ($\varnothing = 1,20$ m)	un	4,00
47	Boca de saída BSD1	un	23,00
48	Boca de saída BSD3	un	23,00
49	Sarjeta triangular de corte em grama em placas DR-1A (L = 1,5 m)	m	1.263,10
50	Sarjeta triangular de corte em concreto DR-1B-1	m	4.828,50
51	Valeta de canteiro central em concreto DR-2B-1	m	3.397,50
52	Valeta de canteiro central em concreto DR-2B-3	m	267,00
53	Valeta de canteiro central em grama em placas DR-2A	m	2.863,53
54	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-1	m	4.862,17
55	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-6	m	133,70
56	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-3	m	2.959,40
57	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-4	m	1.009,07
58	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-5	m	321,50
59	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-9	m	324,50
60	Valeta trapezoidal de proteção em concreto armado DR-3C-1	m	1.359,50
61	Valeta trapezoidal de proteção em concreto armado DR-3C-3	m	686,55
62	Valeta trapezoidal de proteção em concreto armado DR-3C-4	m	279,00
63	Descida água tipo rápido em greide DR-11A	m	237,70
64	Sarjeta triangular de borda de aterro DR-6	m	3.933,00
65	Dissipador energia para valetas e canaletas c/ pedra argam. DR-10A-1	un	26,00
66	Dissipador energia para bueiros com pedra argamassada DR-10B-1	un	21,00
67	Descida água em aterro tipo escada DR-12	m	39,44
68	Descida água em corte tipo escada DR-13A (talude 1:1,5)	m	74,67
69	Saída bueiro tipo escada em talude aterro DR-14 - BSTC \varnothing 0,80	m	34,84
70	Saída bueiro tipo escada em talude aterro DR-14 - BSTC \varnothing 1,20	m	24,08
71	Caixa coletora tipo CX-6B ($\varnothing = 0,80$ m)	un	4,00
72	Caixa coletora tipo CX-7 ($\varnothing = 0,80$ m)	un	5,00
73	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-10 (5m \leq H < 10m)	un	3,00
74	Caixa coletora tipo CX-7D ($\varnothing = 0,80$ m)	un	3,00
75	Caixa coletora tipo CX-9 ($\varnothing = 0,80$ m)	un	8,00
76	Caixa coletora tipo CX-10 ($\varnothing = 0,80$ m)	un	9,00
77	Caixa coletora tipo CX-10D ($\varnothing = 0,80$ m)	un	2,00
78	Caixa de passagem pré-moldada para drenos tipo 2	un	16,00
79	Caixas transição para bueiro simples CT-2 ($\varnothing = 1,00$ m - H < 5m)	un	1,00
80	Caixas transição para bueiro simples CT-3 ($\varnothing = 1,20$ m - H < 5m)	un	3,00

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



81	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-1 (H < 5m)	un	1,00
82	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-2 (H < 5m)	un	4,00
83	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-18 (10m <= H < 15m)	un	1,00
84	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-19 (10m <= H < 15m)	un	1,00
85	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-20 (10m <= H < 15m)	un	1,00
86	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-21 (10m <= H < 15m)	un	1,00
87	Canal trapezoidal revestido em gabião	m	343,30
88	Regularização de terreno	m2	84,48
89	Escavação de valas para bueiros	m3	6.412,13
90	Compactação de aterro com equipamento pneumático	m3	5.257,86
91	Escoramento descontínuo de vala	m2	8.957,83
92	BSTC Ø 0,80 (CA-2) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	760,08
93	BSTC Ø 1,00 (CA-3) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	34,74
94	BSTC Ø 0,80 (CA-3) - berço de brita - h >= 5,0 m - serviço acabado	m	49,41
95	BSTC Ø 0,80 (CA-4) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	17,05
96	BSTC Ø 1,00 (CA-2) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	139,71
97	BSTC Ø 1,00 (classe especial) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	38,54
98	BSTC Ø 1,20 (classe especial) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	65,80
99	Boca tipo E1 para bueiro simples tubular metálico (Ø = 3,80 m)	un	2,00
100	BSTC Ø 1,20 (CA-2) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	89,30
101	Bueiro simples celular de concreto seção 2,0 x 2,0 -alt > 5 m	m	11,00
102	BSCC 2,50 x 2,50 (h = 2,50 a 5,00) - serviço acabado	m	21,00
103	Bueiro simples celular de concreto seção 3,5 x 3,5 -2 m < alt >= 5 m	m	34,00
104	Boca para BSCC 2,5 x 2,5 m	un	1,00
105	Boca para BSCC 2,0 x 2,0 m	un	2,00
106	Boca para BSCC 3,4 x 3,4 m	un	2,00
107	BSTM Ø 1,20 - Tunnel Liner (esp= 2,2 mm) - serviço acabado	m	93,81
108	BSCC 1,5X1,5	m	15,91
109	Muro de ala para BSCC	un	1,00
110	Boca para BSCC 3,0 x 3,0 m	un	1,00
111	BSTM Ø 1,20 - Tunnel Liner (esp= 2,7 mm) - serviço acabado incl revestimento de concreto armado na seção inteira	m	108,67
112	BSTM Ø 1,80 - Tunnel Liner (esp= 2,7 mm) - serviço acabado	m	41,34
113	BSTM Ø 1,80 - Tunnel Liner (esp= 3,4 mm) - serviço acabado incl revestimento de concreto armado na seção inteira	m	51,88

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



114	Boca tipo E1 para bueiro simples tubular metálico (Ø = 1,20 m)	un	3,00
115	Boca tipo E1 para bueiro simples tubular metálico (Ø = 1,80 m)	un	1,00
116	Boca tipo E1 para bueiro simples tubular metálico (Ø = 3,00 m)	un	1,00
117	Caixa coletora tipo CX-9D (Ø = 0,80 m)	un	6,00
118	Caixa coletora tipo CX-9 (Ø = 1,20 m)	un	1,00
119	Boca de saída BSD2	un	9,00
120	Sarjeta triangular de corte em concreto DR-1B-2	m	1.548,22
121	Caixa coletora tipo CX-8 (Ø = 0,80 m)	un	4,00
122	BSTC Ø 1,20 (CA-4) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	27,66
123	Fornecimento e execução de lastro fundação de aterro c/areia lavada	m3	1.230,01
124	Fornecimento e instalação de defesa semi-maleável simples	m	3.871,88
125	Fornecimento e implantação de refletores para defensas	un	435,00
126	Remoção de defesa metálica simples	m	132,00
127	Fornecimento de placa de fibra de vidro com sinal impresso sobre Al prismático	m2	409,19
128	Fornecimento de placa de fibra de vidro com película GT + Al + SC	m2	35,00
129	Fornecimento de placa de fibra de vidro com película Al + SC	m2	43,86
130	Fornecimento de placa de alumínio com película Al + GD	m2	25,30
131	Implantação de placa de sinalização de solo	m2	441,50
132	Remoção de placa de sinalização solo	m2	164,67
133	Forn./instal. de suporte para placas com utilização de perfil metálico galvanizado tipo C	kg	7.090,96
134	Plantio de gramas em placas	m2	6.563,00
135	Plantio de grama por hidrossemeadura	m2	19.938,62
136	Remoção canalização Ø <0,60m	m	53,70
137	Dreno longitudinal raso DLR-1	m	860,00
138	Boca tipo A2 em alvenaria para BSTC (Ø = 0,60 m)	un	3,00
139	Valeta trapezoidal de proteção em grama em placas DR-3A-1	m	576,50
140	Valeta retangular proteção terreno com declive acentuado DR-4A-2	m	5,00
141	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-7	m	211,65
142	Valeta retangular proteção terreno com declive acentuado DR-4A-3	m	5,00
143	Valeta retangular proteção terreno com declive acentuado DR-4A-4	m	15,00
144	Caixa coletora tipo CX-1D	un	3,00
145	Caixa coletora tipo CX-1 (Ø = 0,50 a 0,80 m)	un	2,00
146	Caixa coletora tipo CX-2 (Ø = 0,50 a 0,80 m)	un	6,00
147	Caixa coletora tipo CX-2D (Ø = 0,50 a 0,80 m)	un	3,00

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279 588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



148	Tubo PVC Ø 4"	m	136,00
149	BSTC Ø0,40 (CA-2) berço brita -h >= 5,0 m	m	1,00
150	BSTC Ø 0,60 (CA-3) - berço de brita - h <= 5,0 m - serviço acabado	m	47,00
151	BSTC Ø 0,60 (CA-2) - berço de brita - h >= 5,0 m - serviço acabado	m	352,12
152	BSTC Ø 0,40 (CA-3) - berço de concreto - serviço acabado	m	30,00
153	Transporte de 1ª/2ª categoria até 2 km	m3k	381.534,54
154	Pavimento concreto intertravado 8 cm, inclusive base de areia	m2	110,00
155	Implantação de guia e sarjeta	m	130,30
156	Fornecimento e implantação de abrigo para pontos de ônibus	un	2,00
157	Gárgula dupla GD	un	2,00
158	Boca tipo B2 - concreto ciclópico - bueiro simples (Ø = 0,80 m)	un	2,00
159	Boca de leão dupla BED	un	4,00
160	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-2	m	24,00
161	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-10	m	120,95
162	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-12	m	336,00
163	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-13	m	50,00
164	Canaleta retangular de concreto DR-7A-1	m	1.950,70
165	Entrada água em sarjeta para rápido DR-11B (L = 3,0 m)	un	7,00
166	Saída bueiro tipo escada em talude aterro DR-14 - BSTC Ø 0,60	m	18,54
167	Caixa coletora tipo CX-4 (Ø = 0,50 a 0,80 m)	un	6,00
168	Caixa coletora tipo CX-5A	un	3,00
169	Caixa coletora tipo CX-6A (Ø = 0,60m)	un	7,00
170	Caixa coletora tipo CX-7D (Ø = 1,00 m)	un	1,00
171	Caixa coletora tipo CX-10D (Ø = 1,00 m)	un	1,00
172	Caixas transição para bueiros com degrau CDT-9 (5m <= H < 10m)	un	1,00
173	Caixa de passagem pré-moldada para drenos tipo 1	un	7,00
174	Canal trapezoidal sem revestimento - serviço acabado	m	95,77
175	Poço de visita PVA em bloco estrutural (Ø = 0,60 e 0,80 m)	un	4,00
176	BSTC Ø 1,00 (CA-4) - berço de brita - h >= 5,0 m - serviço acabado	m	23,71
177	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-4 c/ degraus	m	70,00
178	Descida água em corte tipo escada DR-13C (talude 1:1,5)	m	4,32
179	Barreira rígida de concreto armado simples baixa	m	2.010,00
180	Barreira rígida de concreto armado dupla alta	m	925,00
181	Implantação de placa de sinalização aérea	m2	34,75
182	Remanejamento de placa de sinalização de solo	m2	16,25

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279-588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



183	Fornecimento e implantação de pórtico tubular vão 12,37 m, inclusive fundações	un	1,00
184	Fornecimento e implantação de semi-pórtico tubular braço simples 7,20 m, inclusive fundações	un	1,00
185	Fornecimento e implantação de semi-pórtico tubular braço simples 6,50 m, inclusive fundações	un	1,00
186	Remoção de passarela	vb	1,00
187	Reforço do subleito com material fresado	m3	642,27
188	Meio fio de concreto	m	120,45
189	Fornecimento e implantação de semi-pórtico tubular braço simples 5,50m, inclusive fundações	m	1,00
190	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-8	m	243,00
191	Canaleta retangular de borda de aterro DR-5A	m	157,50
192	Valeta trapezoidal de proteção em concreto simples DR-3B-14	m	5,50
193	Caixa coletora tipo CX-3 (Ø = 0,50 a 0,80 m)	un	2,00
194	Canal retangular de concreto tipo R1E	m	147,50
195	Poço de visita PVB1 em concreto armado (Ø = 1,00 m)	un	1,00
196	Transição de valeta para sarjeta	m	1,00
197	PEAD Ø 0,90m	m	44,29
198	Poço de visita a ser transformado em caixa coletora	un	1,00
199	Descida d'água tipo rápido em ponto baixo DR-11B	m	7,00
200	BSTC Ø 0,80 (CA-2) - berço de brita - h >= 5,0 m - serviço acabado	m	60,47
201	Canaleta de borda de aterro combinada com barreira rígida DR-5B-2	m	221,50
202	Bacia de captação	m3	4,98
203	Escavação mecânica para obras sem explosivos	m3	2.815,47
204	Reaterro compactado de valas, com solo local	m3	2.742,85
205	Compactação manual para bases de caixas e valas	m2	2.346,56
206	Subduto simples de PEAD Ø 40 mm p/ fibra óptica	m	58.969,20
207	Fita de advertência	m	11.961,60
208	Caixa de passagem em concreto tipo S3	un	12,00
209	Caixa de passagem em concreto tipo S4	un	13,00
210	Travessia por Método Não-Destrutivo MND (1duto) - serviço acabado	m	253,00

Os serviços executados tiveram como responsável(is) técnico(s) o(s) seguinte(s) profissional(is):

EDNILSON ARTIOLI - Engenheiro Civil - *Responsabilidade Principal*
 CREA/SP Nº 0601343340 - RNP Nº 2604448386 — ART Nº 92221220130710081;

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA

Rodovias Integradas do Oeste S/A
 SP 127- Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4
 caixa postal 222 – 18279 588 – Tatuí – SP
 tel: 55 (15) 3259 8000 – fax: 55 (15) 3259 8080
 www.grupoccr.com.br/spvias



RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA – Engenheiro Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA/SP Nº 5060734597 - RNP Nº 2603574884 — ART Nº 92221220130711263;

RENATO CESAR BARDINI – Engenheiro Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA/SP Nº 5060046770 - RNP Nº 2605725057 — ART Nº 92221220131529976;

RAFAEL DE ASSIS DELLAI - Engenheiro Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA-SP Nº 5063021296 - RNP Nº 2609488629 — ART Nº 92221220130722231;

RAFAEL COSTA VIOTO - Engenheiro Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA-SP Nº 5062234068 - RNP Nº 2602379069 — ART Nº 92221220130711561;

MARIA ELENA BASILIO SORDI - Engenheira Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA-SP Nº 5061242441 - RNP Nº 2205512773 — ART Nº 92221220131531164;

DANIEL RAMOS CAMPIONI - Engenheiro Civil - *Corresponsabilidade*
 CREA-SP Nº 5061942957 - RNP Nº 2605587681 — ART Nº 92221220140798598.

Tatuí/SP, 07 de agosto de 2020.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

LUIZ FELIPE ALVES - p.p. CPC - Divisão Engelog
 Diretor de Divisão - CREA Nº MG-37313/D

JOSE SALIM KALLAB FRAIHA
 Diretor Presidente - RNP: 140204604

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A
 E A CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA

Documento assinado digitalmente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>
 através do código YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL(IS)

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 19/10/2020

Dados do Documento

Tipo de Documento: Atestado Técnico
 Referência: ENG_20678_4600019709_1
 Situação: Aguardando Carimbo de Tempo
 Data da Criação: 15/10/2020
 Validade: 15/10/2020 até 15/01/2021
 Hash Code do Documento: 7C52531A6E2AC96796D9A93B7AA9F524D434CFA551DA848928EDA116A662E770

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Contratante						
Relacionamento	03.497.792/0001-40 - SPVIAS						
Representantes	CPF	Assinado?	Aprovado?	Aceito?	Data/Hora	Serial Certificado	ICP-Brasil?
JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA	USUCONSULTA	<input type="checkbox"/>			15/10/2020 10:37:42	2D90862771584795	<input type="checkbox"/>
LUIZ FELIPE ALVES	USUCONSULTA	<input type="checkbox"/>			19/10/2020 12:22:22	7F5228589DEDAFED	<input type="checkbox"/>



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **YVZLX-BH0GI-PEPEY-OIEOA**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-Qualisoft**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

17ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL**EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.****NIRE: 52203475880 - CNPJ: 15.131.446/0001-22**

- a) – Aprova o Protocolo e Justificação da Cisão Parcial, em especial, no que se aplica à "Cindenda";*
- b) – Aprova a Nomeação de Peritos/Empresa Especializada;*
- c) – Aprova o Laudo de Avaliação Econômica;*
- d) – Admite o Sócio da Cindida;*
- e) – Aumenta o Capital Social, com a Absorção do Acervo Patrimonial Cindido;*
- f) – Aprova as demais Questões de Interesse; e*
- g) – Consolida o Contrato Social.*

Por este instrumento particular,

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA. sociedade empresaria limitada, com sede na Rua Tabapuã, nº. 649, 9º. andar, Sala 91, Itaim Bibi, São Paulo-SP., CEP 04533-012, inscrita no CNPJ nº. 05.539.760/0001-95, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob NIRE nº. 35.218.106.695, neste ato representada por seu sócio administrador WILSON DE ANDRADE COSTA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº. 546.306, SSP/MG, e inscrito no CPF nº. 042.519.708-53, residente e domiciliado à Rua Indaiá, nº 152, Bairro das Palmeiras, Campinas-SP, CEP 13092-577 e,

WILSON DE ANDRADE COSTA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº. 546.306, SSP/MG, e inscrito no CPF nº. 042.519.708-53, residente e domiciliado à Rua Indaiá, nº 152, Bairro das Palmeiras, Campinas-SP, CEP 13092-577.

ÚNICOS SÓCIOS da **EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Rodovia BR-050, s/n, Km 245, Bairro Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, CEP 75.714-300, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma do direito, proceder a presente Alteração Contratual e consolidar o Contrato Social, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Considerando as deliberações adotadas no processo de **cisão parcial da empresa PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU – LTDA. ("CINDIDA")**, sociedade empresária limitada, sediada na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo-SP, CEP 05441-000, inscrita no CNPJ nº 47.917.405/0001-75 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, NIRE nº 35239895818, que têm como sócio único ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.987.930-9, SSP-SP, e inscrição CPF nº. 027.639.829-72, residente e domiciliado na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo-SP, CEP 05441-000; que aprovaram a versão de parcela de patrimônio imaterial desta, mais especificamente, "Acervos Técnicos", **para a empresa EGP – EMPRESA GLOBAL DE OBRAS E PROJETOS LTDA. ("CINDENDA")**, mediante contrapartida financeira e sob as condições expressadas no Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da aludida sociedade e nos demais atos à ela inerentes, os quais, passam a integrar, para todos os fins e efeitos, a presente Alteração Contratual e cujos ditames mais relevantes dos citados atos, *em síntese*, expressam o seguinte:

(1) – DA CISÃO E DA TRANSFERÊNCIA DOS "ACERVOS TÉCNICOS".

(a). Dos Atos da Cisão Parcial, da Aprovação e Registro.

(a.1). *Aos 05 de dezembro de 2023, foi aprovada a Cisão Parcial da empresa PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU – LTDA ("CINDIDA"), sem que ocorresse sua extinção, com vistas a transferir e verter parcela de seu patrimônio imaterial, Acervos Técnicos-Profissionais e Operacionais de Engenharia (itens 2.1 a 2.5, do Protocolo e Justificação), para a empresa EGP – EMPRESA GLOBAL DE OBRAS E PROJETOS LTDA ("CINDENDA"), passando a integrar o ativo desta, nas formas e condições tratadas no aludido Protocolo.*

*(a.2). Ficou estipulado no item 1.5 do "Protocolo" que a referida Cisão Parcial ocorre **sem solidariedade** e em conformidade com o disposto no artigo 233, parágrafo único, da Lei 6.404/76, de forma que a "CINDENDA", EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., será responsável apenas pelas obrigações que lhe forem transferidas em relação à parcela do acervo cindido e incorporado pela mesma.*

(a.3). Os ATOS CISÃO PARCIAL da "CINDIDA", consubstanciados no Protocolo e Justificação ("Protocolo"), no Laudo de Avaliação Econômica ("Laudo") e seu apenso, e demais atos inerentes, que aprovaram a cisão parcial na forma referida, tudo isso, compendiado e consolidado na "Segunda Alteração Contratual" da mesma, e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, registro nº. 101.423/24-0, na data de 11/03/2024.

(b). Dos "Acervos Técnicos" Transferidos.

(b.1). Estes "acervos técnicos", ora vertidos à "CINDENDA", são bens ativos imateriais, constituídos pelo currículo, expertise e experiências, representados pelos atestados de execuções de obras e serviços de engenharia, emitidos pelos contratantes de serviços públicos ou privados, relacionados em anexo ao Laudo de Avaliação, que integra os atos da cisão, e também a esta alteração.

(b.2). Conforme ressaltado o item 2.3 do "Protocolo", a transferência da parcela patrimonial correspondente aos acervos técnicos da "CINDIDA" para a "CINDENDA", possibilitará à "CINDENDA" a utilização destes ativos intangíveis, necessários e de relevante importância nas áreas de atuações e atividades praticadas, permitindo, assim, otimizar suas operações, sem que haja prejuízo às operações e à continuidade da "CINDIDA".

*(b.3). As definições conceituais e deliberações acerca destes ativos foram adotadas em observância, naquilo que se aplica, aos ditames da **RESOLUÇÃO CONFEA Nº. 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023**, que "dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências", (DOU, de 05/04/2023 – Seção 1), com destaque especial para os artigos 45 e 46, que regulam objetivamente sobre a temática ora tratada, os quais, assim expressam:*

"RESOLUÇÃO CONFEA Nº. 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023

(...)

CAPÍTULO II

DO ACERVO TÉCNICO-PROFISSIONAL E DO ACERVO OPERACIONAL

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CREA por meio de anotações de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I – tenham sido baixadas; ou

II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nelas consignadas.

Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades."

(b.4). Convém destacar, por oportuno, apenas para corroborar e reafirmar o propósito das deliberações acima reportadas, acerca do "acervo técnico", como dito, um ativo intangível (ou bem imaterial), o qual é legalmente descrito e contabilmente classificável no intangível, como sendo: "direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido", conforme se lê no artigo 179, VI da Lei 6.404/1976.

(c). Do Responsável Técnico dos "Atestados" e Das Condições Gerais.

(c.1). O patrimônio imaterial ou intangível, composto pelo aludido "Acervo Técnico" e expressado pelos "Atestados", ora cindido e transferido pela empresa "CINDIDA", PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU – LTDA., à empresa "CINDENDA", EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., poderá ser utilizado plena e operacionalmente desde que o Engenheiro Civil, Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340, esteja anotado como responsável técnico perante o respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP) e nos CREAs dos estados onde a Sr. Ednilson Artioli também mantiver registro.

(c.2). O Engenheiro Civil, Sr. Ednilson Artioli, CREA-SP nº 0601343340, será o responsável técnico da sociedade perante o CREA-SP e nos CREAs dos demais estados ele tiver registro e colecionará para a sociedade "CINDENDA" todos os acervos inerentes aos contratos de obras, relacionados em anexo ao Laudo de Avaliação Econômica, datado de 23/11/2023, que integra a Cisão Parcial e a presente Alteração, para utilização operacional plena e desde que o mesmo esteja anotado como responsável técnico perante o respectivo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do(s) estado(s) onde a "CINDENDA", EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., tiver registro.

(2) – DO LAUDO DE AVALIAÇÃO E SUA APROVAÇÃO.

(a). Em cumprimento do disposto no artigo 8º., parágrafo único, da Lei nº. 6404/76, foi aprovada, por unanimidade dos sócios, a nomeação da empresa De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S, CNPJ nº. 00.146.568/0001-15, representada por seu sócio administrador, Contador Lairdo Severo de Lucca Filho, inscrição CRC-SP nº. 1sp112.994/O-5 e CPF nº. 010.824.178-58, e dos Engenheiros Civis: Renato Rodrigues Lima, CREA-SP nº. 0601662349 – RNP 2605054128 e Hamilton Heliotropio de Mattos, CREA-SP nº. 0600965322 – RNP 2602703893, para procederem a avaliação do acervo técnico transferido e elaboração do respectivo Laudo de Avaliação Econômica do mesmo.

(b). O Laudo de Avaliação Econômica, datado de 23/11/2023, que integra os atos da cisão e também a presente alteração, foi apresentado pelos nomeados acima e aprovado pelos sócios da "CINDIDA", por unanimidade e sem qualquer ressalva. O valor da avaliação atribuída à parcela do "acervo técnico", para fins específicos da cisão parcial e da transferência da mesma à "CINDENDA", foi de R\$ 184.963,64 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), consoante os critérios técnicos e justificativas expressados no Laudo.

(3) – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA CINDIDA

(a). A CINDIDA promoveu a alteração de seu contrato social, consubstancia, especificamente na sua 2ª. Alteração Contratual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, conforme destacado na alínea (a.3), do item (1), desta cláusula, formalizando a transferência do aludido "acervo técnico", que constitui a parcela cindida e transferida pela "CINDIDA" à "CINDENDA", sob as condições já expressadas.

Cláusula Segunda: Considerando as deliberações adotadas no processo da cisão parcial da "CINDIDA", naquilo que se aplica à "CINDENDA", e para os fins da incorporação da parcela do patrimônio imaterial (acervo técnico), transferida daquela para esta sociedade, ora na condição de "CINDENDA", os sócios resolvem, **por unanimidade e sem quaisquer emendas ou ressalvas**, o seguinte:

(i) APROVAR o Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da "CINDIDA", naquilo que se aplicar à esta "CINDENDA", para todos os fins e efeitos, especialmente, para consubstanciar a transferência e incorporação da parcela de patrimônio, constituída de "Acervo Técnico" – mediante os termos, condições e detalhamentos do mesmo, que compõem os atos da referida cisão parcial, bem como, os conceitos e subsídios técnicos e legais esboçados na Cláusula Primeira desta alteração contratual.

(ii) RATIFICAR, em cumprimento do disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº. 6404/76, conforme também igualmente aprovado pela "CINDIDA", a nomeação e aprovação da empresa "De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S", CNPJ nº. 00.146.568/0001-15, representada por seu sócio administrador, Contador Lairdo Severo de Lucca Filho, inscrição CRC-SP nº. 1sp112.994/O-5 e CPF nº. 010.824.178-58, e dos Engenheiros Civis: "Renato Rodrigues Lima", CREA- SP nº. 0601662349 – RNP 2605054128 e "Hamilton Heliotropio de Mattos", CREA- SP nº. 0600965322 – RNP 2602703893, empresa especializada e profissionais peritos especializados, encarregados de procederem a avaliação do acervo técnico transferido e da elaboração do respectivo Laudo de Avaliação do mesmo.

(iii) APROVAR, conforme também igualmente aprovado pela "CINDIDA", o Laudo de Avaliação Econômica, na forma como está redigido e que passa a integrar para todos os fins esta alteração contratual, juntamente com os demais atos da cisão parcial.

(iv) APROVAR a incorporação dos ativos intangíveis ou imateriais (acervos técnicos) que constituem a parcela patrimonial cindida, vertida ou transferida pela "CINDIDA", sob as condições estabelecidas no "Protocolo" e demais atos que compõem a cisão parcial, cuja parcela cindida passará a integrar o ativo desta Sociedade ("CINDENDA"), na conta de intangíveis, pelo valor correspondente à avaliação expressada no Laudo de Avaliação Econômica e na forma e prazo convencionados.

(v) APROVAR também a modificação do Contrato Social, para admissão do sócio único da "CINDIDA", ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, adiante qualificado, o qual passa a integrar quadro social desta sociedade "CINDENDA" e o consequente aumento do Capital Social, cujo aumento do capital e a respectiva participação do novo sócio fica subscrita e integralizada pelo mesmo, no exato montante atribuído à parcela cindida, transferida e ora incorporada pela CINDENDA, nos termos desta alteração, especialmente, pelo contido nas Cláusulas Terceira e Quarta, adiantes.

Cláusula Terceira: ADMITE-SE na sociedade, neste ato e nos termos precedentes, **ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.987.930-9, SSP-SP, e inscrição CPF nº. 027.639.829-72, residente e domiciliado na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo-SP, CEP 05441-000; Cujo sócio, ora admitido, subscreve o total de 18.496.364 (dezoito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) quotas, de R\$ 0,01 (um centavo) cada, e as integraliza, neste ato, com a parcela do patrimônio líquido cindido e vertido à esta Sociedade, pelo exato valor à ela atribuído no "Laudo de Avaliação", de R\$ 184.963,64 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula Quarta: A fim se abarcar as deliberações tratadas na cláusula anterior e de evitar fracionamento de quotas, após isso, ALTERA-SE o valor nominal das quotas de capital, que passa a ser de R\$ 0,01 (um centavo) cada. E diante destas ocorrências e deliberações, o CAPITAL SOCIAL, totalmente integralizado, FICA ALTERADO de R\$ 2.067.750,00 (dois milhões, sessenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais), para R\$ 2.252.713,64 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 225.271.364 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil e trezentos e sessenta e quatro) quotas de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, perfazendo um aumento de R\$ 184.963,64 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), cujas quotas resultantes e inerentes ao aludido aumento, foram subscritas e integralizadas pelo sócio ora admitido, na forma expressada na Cláusula Terceira.

Cláusula Quinta: Em razão da admissão do sócio e do referido aumento do capital, decorrente e na igual equivalência da parcela patrimonial cindida, readequase também, às operações e deliberações havidas, as participações intersócios no capital da sociedade, tratadas na Cláusula Quinta do Contrato Social, a qual passa, doravante, a se expressar com a redação seguinte, mantidos os seus parágrafos respectivos com as mesmas redações inalteradas:

Cláusula Quinta – O Capital Social é de R\$ 2.252.713,64 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 225.271.364 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil e trezentos e sessenta e quatro) quotas de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional e em ativo imaterial inerente à parcela de acervo patrimonial líquido cindido/transferido à esta sociedade; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa com clareza, a composição societária atualizada entre os sócios:

SÓCIOS-QUOTISTAS	QUOTAS	UNIT.	VALOR R\$
Gros Engenharia e Ambiental Ltda.	206.774.000	0,01	2.067.740,00
Wilson de Andrade Costa	1.000	0,01	10,00
Antonio Eduardo de T. G. Fernandes	18.496.364	0,01	184.963,64
TOTAIS	225.271.364		2.252.713,64

Cláusula Sexta: O Instrumento de Protocolo e Justificação da Cisão Parcial, juntamente com o Laudo de Avaliação Econômica, a Segunda Alteração Contratual da "CINDIDA" e demais peças de interesse, são partes integrantes e indissociáveis desta Alteração Contratual, para todos os fins e efeitos.

Cláusula Sétima: Ficam autorizados aos sócios administradores e/ou aos diretores eleitos, nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima do Contrato Social, a praticarem todos os atos necessários à efetivação das operações derivadas da cisão parcial, *naquilo que couber à esta sociedade*, nos exatos termos traçados na mesma, bem como, a adotarem as providências requeridas junto aos órgãos atinentes, especialmente, no tocante aos registros ou anotações, naquilo que competir, relacionadas ao acervo técnico ora transferido para esta sociedade.

Cláusula Oitava: O que não foi alterado pela presente continua a vigor nos termos do Contrato Social, doravante, expressado pelo contido nesta Consolidação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA. sociedade empresaria limitada, com sede na Rua Tabapuã, nº. 649, 9º. andar, Sala 91, Itaim Bibi, São Paulo-SP., CEP 04533-012, inscrita no CNPJ nº. 05.539.760/0001-95, e com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob NIRE nº. 35218106695, neste ato representada por seu sócio administrador **WILSON DE ANDRADE COSTA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº. 546.306, SSP/MG, e inscrito no CPF nº. 042.519.708-53, residente e domiciliado à Rua Indaiá, nº 152, Bairro das Palmeiras, Campinas-SP, CEP 13092-577 e,

WILSON DE ANDRADE COSTA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº. 546.306, SSP/MG, e inscrição CPF nº. 042.519.708-53, residente e domiciliado à Rua Indaiá, nº. 152, Bairro das Palmeiras, Campinas-SP, CEP 13092-577;

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.987.930-9, SSP-SP, e inscrição CPF nº. 027.639.829-72, residente e domiciliado na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo-SP, CEP 05441-000;

ÚNICOS SÓCIOS da EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., sociedade empresária limitada, sediada na Rodovia BR-050, s/n, Km 245, Bairro Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, CEP 75714-300, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma do direito, promover alterações em seu Contrato Social e aprovar a Consolidação do Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula Primeira – A sociedade tem a denominação de **EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.** e é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a ela aplicáveis e, na ocorrência de questões que não possam ser solucionadas pelo Contrato Social ou pela mencionada lei civil, e regida, supletiva e exclusivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sede na Rodovia BR-050, s/n, km 245, Bairro Distrito de Pires Belo, CEP 75.714-300, Cidade de Catalão, Estado de Goiás, podendo abrir ou encerrar filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação de Sócios-Quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo único: A filial está inscrita no CNPJ/MF sob nº. 15.131.446/0003-94 e Inscrição Estadual nº. 122.753.581.110 e tem sua sede instalada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 214, sala 331, Bairro Jardim Madalena, CEP 13091-611, considerando seu início em 03/12/2021, explorando o mesmo ramo de atividade da matriz.

Cláusula Terceira – A Sociedade tem por objeto social:

- a) Terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, drenagem, sinalização viária, construção civil, mineração (extração e beneficiamento do minério);
 - b) Desenvolver, elaborar e/ou coordenar a execução de estudos, prestação de assessoria técnica e estruturação de projetos privados para exploração de atividade econômica ou projetos públicos de infraestrutura, por meio de procedimento de manifestação de interesse e/ou outros admitidos em Lei;
 - c) Serviços gerais de conservação, manutenção rodoviária, ferroviária, limpeza e outros de manutenção predial;
 - d) Locação de equipamentos leves e pesados;
 - e) Limpeza pública e rural;
 - f) Coleta e transporte de resíduos sólidos públicos com caminhão compactador;
 - g) Coleta e transporte de resíduos sólidos de mineração;
 - h) Coleta e transporte de resíduos sólidos industriais e comerciais;
 - i) Varrição de vias e logradouros públicos;
 - j) Capina Manual, Mecanizada e química de vias e logradouros públicos;
 - k) Implantação e operação de aterro sanitário;
 - l) Obras rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias;
 - m) Projetos de Engenharia;
 - n) Serviços de usinagem, concretagem, britagem e relacionados;
 - o) Confecção, usinagem e comercialização de concreto betuminoso usinado;
 - p) Administração e locação de moveis e imóveis e a exploração comercial de terminais rodoviários;
-

- q) *Movimentação de materiais, carga e transporte e logística;*
- r) *Extração e aproveitamento de minerais não metálicos em geral e beneficiamento associado em todo o território nacional;*
- s) *A participação em outras sociedades como quotista ou acionista.*
- t) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Massa Asfáltica;*
- u) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Brita e Agregados;*
- v) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Concreto (Tipo Portland);*
- w) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Artefatos de Concreto.*
- x) *Locação de mão de obra de pessoal para empresa cliente.*

Cláusula Quarta – *A sociedade iniciou suas atividades em 16/02/2012 e seu prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.*

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

Cláusula Quinta – *O Capital Social é de R\$ 2.252.713,64 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 225.271.364 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil e trezentos e sessenta e quatro) quotas de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional e em ativo imaterial inerente à parcela de acervo patrimonial líquido cindido/transferido à esta sociedade; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa com clareza, a composição societária atualizada entre os sócios:*

SÓCIOS-QUOTISTAS	QUOTAS	UNIT.	VALOR R\$
<i>Gros Engenharia e Ambiental Ltda.</i>	<i>206.774.000</i>	<i>0,01</i>	<i>2.067.740,00</i>
<i>Wilson de Andrade Costa</i>	<i>1.000</i>	<i>0,01</i>	<i>10,00</i>
<i>Antonio Eduardo de T. G. Fernandes</i>	<i>18.496.364</i>	<i>0,01</i>	<i>184.963,64</i>
TOTAIS	225.271.364		2.252.713,64

Parágrafo Primeiro - *De acordo com o artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos os Sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.*

Parágrafo Segundo - *As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, conferindo, cada uma, o direito a um voto nas deliberações sociais.*

Parágrafo Terceiro - Os Sócios terão preferência para participar do aumento do capital social, na proporção das quotas de que sejam titulares, até 30 (trinta) dias após a deliberação. A eventual cessão do direito de preferência deverá observar, no que lhe for aplicável, o disposto na Cláusula 15ª deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto - O capital social poderá ser aumentado através de deliberação dos Sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital, com a correspondente alteração do Contrato Social, desde que as quotas estejam totalmente integralizadas.

Cláusula Sexta - Na hipótese de decisão judicial determinando a penhora, ou qualquer outra constrição sobre qualquer quota representativa do capital Social da Sociedade, a Sociedade e o próprio sócio que tenha sofrido a constrição não permitirão que os terceiros beneficiados com tal decisão exerçam direitos de caráter político (direito de voto) oriundos da titularidade das quotas em razão do seu caráter intuitu personae, cabendo-lhes apenas os direitos de caráter financeiro.

AS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula Sétima - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Sócios, ou através de resolução por escrito.

Parágrafo Primeiro - Dependem da deliberação dos Sócios, além de outras matérias designadas em lei, neste Contrato Social ou em Acordo de Sócios, as seguintes matérias:

- a) a aprovação anual das contas da administração;
- b) a designação, a destituição e a remuneração dos administradores;
- c) a alteração do Contrato Social;
- d) a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- f) o pedido de recuperação judicial ou a propositura de plano de recuperação extrajudicial.

Parágrafo Segundo - Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os Sócios devem se reunir para deliberar sobre as contas dos administradores e sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior.

Parágrafo Terceiro - A Reunião de Sócios será convocada por qualquer Sócio, sempre que necessário ou nos casos estabelecidos em lei, por meio de cartas e-mail, fax ou qualquer outra forma escrita estabelecida pelos Sócios, dispensadas as formalidades previstas no artigo 1.152, parágrafo 3º do Código Civil quando todos os Sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Quarto - As reuniões de Sócios tornam-se dispensáveis quando todos eles decidirem, por escrito, sobre as matérias que sejam seu objeto.

Parágrafo Quinto - Os Sócios podem ser representados nas reuniões por qualquer outro Sócio ou por advogado com mandato no qual estejam especificados os atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com respectiva ata.

Parágrafo Sexto - A Mesa dirigente dos trabalhos deverá acatar e respeitar rigorosamente os efeitos jurídicos de "Acordo de Sócios" que venha a ser arquivado na sede social da Sociedade, devendo abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do referido Acordo de Sócios.

Parágrafo Sétimo - Dos trabalhos e das deliberações nas reuniões de Sócios será lavrada, no "Livro de Atas de Reuniões de Sócios", ata assinada pelos Sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la. Cópia da ata autenticada pelos administradores será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, nos 20 (vinte) dias subseqüentes à reunião, para arquivamento e averbação. Ao Sócio que a solicitar, será entregue cópia autenticada da ata.

Parágrafo Oitavo - Havendo alteração do Contrato Social, exclusivamente no que se refere a direitos de Sócios e objeto social, fusão da Sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o Sócio que dissente, o direito de retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à reunião, observado o disposto na Cláusula Décima-Nona.

Parágrafo Nono - As deliberações infringentes do Contrato ou da Lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula Oitava - *As deliberações dos Sócios serão tomadas por votos que representem a maioria absoluta do capital social da Sociedade, inclusive as matérias listadas a seguir, ressalvadas as regras específicas previstas neste Contrato Social e em lei, e desde que observadas as regras previstas em Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.*

- a) eleição e destituição dos Diretores da Sociedade fixando-lhes as atribuições;*
- b) fixação da remuneração dos Diretores.*

Parágrafo Único - *Sem prejuízo do disposto acima, a prática dos seguintes atos e operações dependerá da aprovação de Sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade:*

- a) quaisquer reduções ou aumentos no capital social da Sociedade;*
- b) alteração do objeto social;*
- c) outras hipóteses de alteração do contrato social da Sociedade;*
- d) alteração da política de distribuição de lucros ou antecipação de quaisquer pagamentos a títulos de distribuição de lucros;*
- e) definição quanto à participação da Sociedade no capital social de outras sociedades;*
- f) pedido de recuperação judicial, ou propositura de plano de recuperação extrajudicial e decretação de falência.*

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Nona – *A Administração da Sociedade compete à Diretoria eleita por deliberação dos sócios no Contrato Social ou através de Ata de Reunião de Sócios-Quotistas com as respectivas atribuições conferidas por lei, por este Contrato Social e por eventual Acordo de Sócios devidamente arquivado na sede da Sociedade.*

Parágrafo Primeiro – *Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso à cargos públicos por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.*

Parágrafo Segundo – O montante global da remuneração anual dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, será estabelecida anualmente por deliberação dos Sócios, ocasião em que serão estabelecidos os critérios para rateio da remuneração de cada administrador.

Parágrafo Terceiro – Os administradores da Sociedade são dispensados de prestar caução para garantia de suas gestões.

DA DIRETORIA

Cláusula Décima – A representação legal da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sem designação específica, Sócios ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Reunião e deliberação dos Sócios no Contrato Social ou através de Ata de Assembleia Geral de Quotista, conforme poderes, autorizações, limitações e restrições estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro – Conforme a 16ª Alteração Contratual, devidamente registrada na JUCEG sob nº 20231011830, de 13/06/2023, foram eleitos e permanecem nomeados como Diretores da Sociedade os Senhores **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG. nº 28.493.270 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 213.032.358-89 e **IVAN ALVARES FERNANDES**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG. nº 7.323.172 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.119.499-21, ambos com domicílio na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira nº 214, Sala 331, Jardim Madalena, na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13091-611, ato este ratificado e doravante consolidado.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais atribuições, ficarão a cargo da Diretoria o planejamento global dos negócios da Sociedade, bem como a condução das áreas administrativas, financeiras e operacionais.

Cláusula Décima-Primeira - O mandato dos membros da Diretoria será por prazo indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo vacância na Diretoria, os sócios deverão eleger o substituto.

Cláusula Décima-Segunda - À Diretoria compete os poderes gerais de representação e administração dos negócios e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída competência à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Bastará a assinatura isolada de 1 (um) Diretor para a prática de atos no curso normal das atividades sociais, tais como:

- a) representação da Companhia (em Juízo ou fora dele, perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, com poderes para receber citações e notificações);
- b) assinatura de documentos junto a repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipal;
- c) contratação e demissão de funcionários, bem como celebração de distratos ou rescisão de contratos celebrados pela Companhia.
- d) representar e assinar todos documentos perante a Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital, podendo praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato.

Parágrafo Segundo - A outorga de procurações em nome da Sociedade deverá contar, necessariamente, com a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores e, além de mencionarem expressamente a extensão dos poderes conferidos e a finalidade da outorga, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter período de validade limitado a 1 (um) ano.

Cláusula Décima-Terceira - A prática dos atos abaixo será excepcionalmente condicionada à assinatura em conjunto de (i) 2 (dois) Diretores eleitos; ou (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído na forma do artigo anterior:

- a) compra, venda, troca, oneração ou alienação de quaisquer bens imóveis ou participações societárias da Sociedade;
 - b) contratação de empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras públicas ou privadas e/ou concessão de garantias pela Sociedade;
-

- c) propositura de ações, celebração de acordos judiciais ou extrajudiciais quando o montante envolvido for igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);*
- d) celebração de quaisquer contratos cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por operação individualmente considerada ou pelo somatório de valores que digam respeito à mesma operação ou prestação;*
- e) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, assinatura de cheques, emissão de ordens de pagamento, emissão de duplicatas, letras de câmbio, assinatura de vendas e aquisição de mercadorias e serviços, recibos ou documentos similares de quitação;*
- f) todos os demais atos necessários ou convenientes à administração e representação da Sociedade.*

ATOS VEDADOS

***Cláusula Décima-Quarta** - São expressamente vedados, sendo inoperantes e nulos em relação à Sociedade, os atos de qualquer dos Sócios, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos seus objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.*

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

***Cláusula Décima-Quinta** - Nenhum dos Sócios poderá alienar, ceder, onerar ou transferir qualquer de suas quotas aos demais Sócios-Quotistas ou a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, dos outros Sócios, que terão absoluta preferência na aquisição de quotas, sob as mesmas condições e preço.*

***Parágrafo único** - A venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição das quotas da Sociedade ou de qualquer participação ou direito sobre as quotas da Sociedade deverá observar os termos de Acordos de Sócios devidamente arquivados na sede da Sociedade. Nenhuma venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição de quotas da Sociedade terá eficácia a menos e até que os termos e condições estabelecidos em Acordos de Sócios tenham sido totalmente cumpridos.*

EXCLUSÃO DE SÓCIO-QUOTISTA

Cláusula Décima-Sexta - Os Sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade, entendendo que um ou mais Sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluir os demais Sócios por justa causa, mediante alteração do Contrato Social, caso um Sócio não cumpra com suas obrigações, conforme previsto no artigo 1.085 do Código Civil.

Parágrafo Primeiro – Conforme o artigo 1.085 acima mencionado, entende-se por “justa causa”:

- (i) a injustificada falta de cooperação com as políticas e estratégias da Sociedade, as quais são estabelecidas pelos Sócios; e/ou
- (ii) a falta de integralização do capital social subscrito, dentro do prazo estabelecido neste Contrato Social; e/ou
- (iii) perda da “affectio societatis”; e/ou
- (iv) solicitação ou contratação de qualquer administrador, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços para fins pessoais; e/ou
- (v) a sobreposição de interesses pessoais aos interesses da Sociedade, bem como a criação de desavenças, injúrias graves, acusações difamatórias que direta ou indiretamente comprometam a imagem da Sociedade e a condução de suas atividades.

Parágrafo Segundo - A exclusão de Sócios será determinada em reunião especialmente convocada para esse fim. Os Sócios deverão convocá-la no prazo de 8 (oito) dias, prazo este suficiente para dar ciência ao Sócio sujeito à exclusão, permitindo o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro – A notificação do Sócio sujeito à exclusão poderá ser feita, entre outras formas, por meio de e-mail ou carta registrada, sendo que o seu não comparecimento será caracterizado como confissão.

Parágrafo Quarto – Os haveres do Sócio excluído serão calculados nos moldes da Cláusula 19ª e seguintes do presente instrumento.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Cláusula Décima-Sétima – O exercício social da Sociedade coincidirá com o ano civil. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados da Sociedade, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A aprovação, sem reservas, das demonstrações financeiras, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração. O direito de anular esta aprovação se extingue em 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – A Sociedade poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação dos Sócios, declarar e distribuir lucros à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Parágrafo Terceiro – Como regra os lucros eventualmente auferidos serão distribuídos aos Sócios proporcionalmente à participação de cada um destes no capital social. Não obstante, havendo deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social e aprovação de forma unânime, devidamente formalizadas em Atas, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente à participação de cada um destes no capital social.

Parágrafo Quarto – Os Sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital social.

LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO, IMPEDIMENTO E RETIRADA DA SOCIEDADE

Cláusula Décima-Oitava - A Sociedade será liquidada nas situações previstas em lei e será dissolvida conforme deliberação de Sócios representando pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade.

Parágrafo Único - Nos eventos de liquidação e dissolução da Sociedade, os Sócios, representando a maioria do capital social, deverão nomear um terceiro para gerenciar a liquidação ou dissolução, estabelecendo seus poderes. Neste caso, os haveres da Sociedade deverão ser destinados ao pagamento das dívidas de responsabilidade da Sociedade, e o montante remanescente deverá ser rateado entre os Sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula Décima-Nona - Na hipótese de falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de qualquer Sócios, a Sociedade não será dissolvida, e prosseguirá existindo com os Sócios remanescentes, salvo se os Sócios representando a maioria do capital social decidam dissolver a Sociedade.

Parágrafo Primeiro - Em caso de falecimento, impedimento, retirada, falência, dissolução ou exclusão de Sócio, o valor de sua(s) quota(s), considerada(s) pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, conforme avaliação a ser elaborada por empresa de auditoria externa ou instituição financeira de primeira linha, contratada pela Sociedade, adotando-se como data-base a data da resolução. O pagamento deverá ser corrigido monetariamente de acordo com o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") e, em caso de extinção ou não-aplicabilidade deste índice, a correção monetária deverá ocorrer de acordo com outra taxa que corresponda ou substitua o IGP-M/FGV.

Parágrafo Segundo - A primeira parcela devida ao Sócio falecido, impedido, falido, retirado ou dissolvido deverá ser paga dentro de 3 (três) meses a contar da data do evento, na forma prevista no parágrafo abaixo.

Parágrafo Terceiro - A quantia devida ao Sócio excluído deverá ser paga dentro de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do arquivamento do documento societário que aprovar a exclusão perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sendo o valor corrigido monetariamente, segundo o índice previsto acima.

Parágrafo Quarto - O falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de Sócio não o exime, nem aos seus sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos depois do registro da correspondente resolução da Sociedade.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula Viségima - Se quaisquer disputas ou conflitos (doravante referidos conjuntamente como "Conflito"), de qualquer natureza, surgirem em relação a este Contrato Social, os Sócios envidarão seus melhores esforços para solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e caso falharem em chegar a um consenso, então o Conflito será resolvido definitivamente e exclusivamente por arbitragem, com sede em São Paulo, de acordo com a Lei nº 9.307/96. A administração do procedimento arbitral caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. A Arbitragem será conduzida de acordo com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento") vigentes na ocasião da arbitragem, exceto conforme essas regras possam ser modificadas por este Contrato Social ou por acordo mútuo das Partes.

Parágrafo Primeiro - O local da arbitragem será São Paulo/SP, Brasil e tal arbitragem será conduzida em português, ficando ressalvado, contudo, que qualquer um dos Sócios poderá apresentar depoimentos ou provas documentárias em qualquer língua, se fornecer, a pedido do outro Sócio, uma tradução para o português desse depoimento ou prova documentária, aplicando-se unicamente o direito brasileiro.

Parágrafo Segundo - A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, os quais serão indicados pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na forma de seu Regulamento.

Parágrafo Terceiro - A Parte derrotada deverá arcar com os custos e despesas do processo de arbitragem, inclusive honorários advocatícios, conforme determinado na sentença arbitral.

Parágrafo Quarto - Os processos arbitrais devem continuar a ser conduzidos mesmo diante da recusa ou abstenção de uma das Partes no processo.

Cláusula Viségima-Primeira - As Partes elegem o foro central da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, unicamente para a propositura de:

- (i) ação cautelar preparatória;
 - (ii) a ação anulatória de que trata o art. 33 da Lei nº 9.307/96;
 - (iii) ação de execução da sentença arbitral;
 - (iv) execução de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais;
-



- (v) obrigações que comportam execução específica e*
(vi) ações relativas a litígios que não possam ser resolvidos por arbitragem,
conforme previsto no art. 1º da Lei nº 9.307/96, sem que a presente
cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.

E por estarem de pleno acordo com os termos aqui expressos, assinam o presente Instrumento em UMA VIA para todos os fins legais.

Catalão - GO, 05 de dezembro de 2023.

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA.

Wilson de Andrade Costa - Sócio Administrador
Sócia

WILSON DE ANDRADE COSTA

Sócio

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES

Sócio

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Diretor/Administrador

IVAN ALVARES FERNANDES

Diretor/Administrador

Visto:

Alcedino Gomes Barbosa
Advogado OAB-GO 9.264
CPF 155.002.921-53

JUCESP
11 03 24



JUCESP PROTOCOLO
0.346.003/24-6



SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal

PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA

CNPJ 47.917.465/0001-75

NIRE 35239895818

Pelo presente instrumento Particular de Contrato Social e na melhor forma de direito:

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, brasileiro, casado, Engenheiro, portador do RG nº 2.987.930 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 027.639.829-72, residente na Rua Oscar Caravelas, 234, Sumarezinho, Cidade de São Paulo/SP, CEP: 05441-000, único sócio de **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, com sede na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo SP com CEP 05441-000, inscrita no CNPJ sob o nº 47.917.405/0001-75. Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.239.895.818 e última alteração contratual registrada sob nº 408.221/23-9 em sessão de 16/10/2023.

Resolve na melhor forma de direito por este instrumento particular, ALTERAR seu contrato social para que passe a constar:

1- DA TRANSFERÊNCIA DE ACERVOS TÉCNICOS.

Aos 05 de dezembro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da empresa sob a denominação **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, sem que ocorresse sua extinção, para incorporar parte de seus ACERVOS TÉCNICOS através da CISÃO PARCIAL de parte dos

DUCESP
11 03 24

atestados, certidões dos contratos firmados e executados com contratantes de serviços públicos ou privados relacionados no Anexo I do Laudo de Avaliação datado de 23/11/2023, para o fim específico de transferência das referidas obras, pelo valor de R\$ 184.963,64 (cento e oitenta e quatro reais novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Para a operação de cisão parcial aprovada em 05 de dezembro de 2023, efetuada de acordo com o que determina a lei nº 6.404/76, que permite que empresas, façam reformulações que lhe forem convenientes, através dos procedimentos relativos aos processos de incorporação, cisão e fusão, sob o ponto de vista contábil e societário e de acordo com Ata de reunião de titular e quotistas para análise de proposta de cisão parcial e avaliação de parte dos acervos técnicos destinada a incorporação através de CISÃO PARCIAL ao patrimônio da **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR-050 no Km 245, Distrito de Pires Belo, município de Catalão, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.131.446/0001- 22 e protocolo de intenções de justificativa da **CISÃO PARCIAL**, que ora seguem anexo ao presente instrumento.

Como parte da CISÃO, passa integrar ao patrimônio da empresa **EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, acima qualificada, o acervo técnico constituído pelo currículo, expertise e experiência, representada pelos atestados de execução de obras, serviços, emitidos por contratantes de serviços públicos ou privados, constantes do Anexo I, do Laudo de Avaliação datado de 23/11/2023 e que faz parte da justificativa/protocolo, que deu origem a CISÃO.

JUCESP
11 03 24

1.1. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DOS ATESTADOS.

1.1.1. Foi responsável técnico pelo Laudo de Avaliação Econômico e empresa de contabilidade De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S – CNPJ: 00.146.568/0001-15 representada por Lairdo Severo de Lucca Filho CPF: 010.824.178-58, CRC: 1sp112.994/O-5 e os Engenheiros José Luiz Brandino Junior CREA- SP nº 5061515284 – RNP 2601491213 e Renato Rodrigues Lima CREA- SP nº 0601662349 – RNP 2605054128.

1.1.2. Todo o patrimônio cindido e transferido pela empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU - LTDA** à empresa **EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, poderá ser utilizado plena e operacionalmente desde que o Engenheiro Civil, Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340, esteja anotado como responsável técnico perante o respectivo CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo e nos CREAs dos estados onde a Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340 tiver registro.

1.1.3. O Engenheiro Civil, Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340, será o responsável técnico da sociedade perante o CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo e nos CREAs dos estados onde a Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340, tiver registro e trará para a sociedade todos os acervos relacionados no anexo I do Laudo de Avaliação datado de 23/11/2023, que também fará parte dos documentos da Cisão para utilização operacional plena desde que o mesmo esteja anotado como responsável técnico perante o respectivo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo, e nos CREAs dos estados onde a **EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, tiver registro.

11 03 24

1.2. DA SUCESSÃO EM DECORRÊNCIA DA CISÃO PARCIAL.

Conforme estipulado na JUSTIFICATIVA E PROTOCOLO PARA CISÃO PARCIAL, em decorrência da aprovação da cisão parcial sucederão à EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR-050 no Km 245, Distrito de Pires Belo, município de Catalão, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.131.446/0001- 22, apenas os direitos e obrigações transferidos em decorrência da incorporação de parte do acervo cindido da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU – LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.917.405/000175, sem solidariedade entre si ou em relação ao patrimônio remanescente da empresa cindida, conforme faculta o parágrafo único do Art. 233 da lei das sociedades, não representando à empresa **EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.131.446/0001- 22, assunção de responsabilidade de natureza trabalhista, tributária e/ou cível, seja de forma solidária ou subsidiária.

1.3 DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU – LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.917.405/000175, não será reduzido, mantendo-se inclusive o mesmo número de quotas que compõem o capital, face o valor vertido do patrimônio líquido ser originário somente de acervo técnico.

As deliberações tomadas acima tiveram como base a seguinte legislação:

Resolução nº 1.025/2.009 de 30 de outubro de 2.009- CONFEA, dos Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da sua vida profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CREA por meio de anotações de responsabilidade técnica.

JUCESP
11 03 24

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I - tenham sido baixadas, ou

II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nela consignadas.

Art. 48. A capacidade técnico-operacional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes do seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnica–profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

2- ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Resolvem alterar o endereço da sede social para Largo Pde Pericles, nº 145 – sala 136 – Barra Funda – São Paulo – Capital – CEP. 01156-040, passando a Cláusula 2ª do contrato social a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 2ª – Sede

A sociedade tem sua sede nesta capital no Largo Pde Pericles, 145 – sala 136 – Barra Funda – São Paulo – Capital – CEP. 01156-040, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

Os sócios resolvem consolidar o contrato social da empresa com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE
PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA
CNPJ 47.917.465/0001-75
NIRE 35239895818

DUCEST
11 00 24

Cláusula 1ª - Denominação Social

A sociedade gira sob a denominação social de **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, que será regida por este instrumento de constituição e considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 63, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Cláusula 2ª - Sede

A sociedade tem sua sede nesta capital no Largo Pde Pericles, nº 145 – sala 136 – Barra Funda – São Paulo – Capital – CEP. 01156-040, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

Cláusula 3ª – Objetivo Social

a) A sociedade terá” por objeto: a) construção pesada de pavimentação e rodovias, b) construção de obras de arte; c) extração e aproveitamento de minerais não metálico em geral; d) extração e aproveitamento de minerais não metálicos em geral, inclusive, basalto e granite, e beneficiamento associado em todo o território nacional, e) extração e aproveitamento de argila, areia, cascalho e pedregulho, e beneficiamento associado em todo o território nacional, f) realização de obras de terraplanagem, drenagem, preparação de locais para exploração mineral e nivelamento para execução de obras viárias, f) atividades gerais ligadas a construção civil; construção, reforma ou restauração de edificações de todos os tipos, bem como de suas partes e serviços complementares g) realização de obras de saneamento básico g) comércio de materiais de construção em

JUCESP
11 03 24

geral e de artefatos de cimento, h) comércio, fabricação de estruturas pre-moldadas e fabricação de artefatos de cimento para uso na construção civil; i) comércio, preparação de massa de concreto e argamassa para construção; j) transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, l) participação em outras empresas como sócia quotista, acionista ou em ata de participação; m) exploração de serviços públicos sob regime de concessão, de privatização, de permissão ou outro qualquer, ainda que desvinculada de sua construção.

Clausula 4ª Capital Social

O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), as ser integralizado em moeda corrente nacional no prazo de 180 dias.

SÓCIO	QUOTA S	%	R\$
ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES FERNANDES	10.000	100	10.000,00
TOTAL	10.000	100	10.000,00

Parágrafo único: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Clausula 5ª – Declaração dos sócios

DUCESP
11 03 24

O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula 6ª - Prazo de Duração da Sociedade

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Clausula 7ª - Administração

A sociedade será administrada **isoladamente** por **ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES FERNANDES**, brasileiro, casado, Engenheiro, portador do RG nº 2.987.930 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 027.639.829-72, residente na Rua Oscar Caravelas, 234, Sumarezinho, Cidade de São Paulo/SP, CEP: 05441-000, CREA-PR PR-2525/D o qual está investido de todos os poderes necessários para administrar e representar a sociedade, em toda e qualquer matéria, ativa e passivamente em juízo ou fora dele, em quaisquer circunstâncias que envolvam as autoridades governamentais e terceiros em geral, assinando todos e quaisquer documentos, papeis, contratos e/ou instrumentos de credito para esse fim.

Parágrafo Primeiro - O sócio poderá ser representado por terceiro mediante mandato, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

DUCEAF
11 03 24

Clausula 8ª Exercício Social, Balanços e Resultados Sociais

Todo dia 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo os lucros ou prejuízos verificados distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas.

Clausula 9ª - Cessão ou transferência de quotas

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, sem expresse consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum quotista pretender ceder as que possuem.

Parágrafo único: Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Clausula 10ª - Foro

Fica eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada este contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

JUCESP
11 03 24

E, por assim achar justo e contratado, firma o presente em forma digital, também assinadas pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES FI
Data: 22/02/2024 13:02:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES

Documento assinado digitalmente
gov.br PATRICIA GARCIA FERNANDES
Data: 26/02/2024 18:09:04-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Patrícia Garcia Fernandes

OAB/SP 211.531

TESTEMUNHAS:

1ª)

Assinatura: _____

Nome: Rodrigo de Credo

RG. 32.035.531-7.

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO DE CREDO
Data: 22/02/2024 10:16:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

2ª)

Assinatura: _____

Nome: Luiz Henrique da Silveira Moraes

RG. 33.154.408-8

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA MORAES
Data: 22/02/2024 12:10:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



JUCESP
11 00 24

JUSTIFICAÇÃO E PROTOCOLO PARA CISÃO PARCIAL DA EMPRESA PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA, CNPJ Nº 47.917.405/0001-75

1. DAS PARTES

PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA, com sede na Rua Oscar Caravelas 234, Sumarezinho, São Paulo SP com CEP 05441-000, inscrita no CNPJ sob o nº 47.917.405/0001-75, representada por **ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES**, brasileiro, casado, Engenheiro, portador do RG nº 2.987.930 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 027.639.829-72, residente na Rua Oscar Caravelas, 234, Sumarezinho, Cidade de São Paulo/SP, CEP: 05441-000, único sócio, doravante simplesmente denominada CINDIDA, visando a Cisão Parcial desta, firmam, na forma e para os efeitos do que dispõem os Artigos 1.113 a 1.122 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil Brasileiro") e Artigos 223 a 226 e 229 da Lei nº 6.404/1996 ("Lei das Sociedades por Ações"), este **Protocolo de Justificação de Operação de Cisão Parcial**, (Protocolo) por meio de versão de parte de seu patrimônio imaterial (acervos técnicos) para a empresa **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, com sede no Município de Catalão, Estado de Goiás, na Rodovia BR 050 s/n, KM245, Bairro Distrito de Pires Belo, CEP: 75.714-300. Inscrita no CNPJ nº 15.131.446/0001-22, e NIRE nº 52.203.475.880 junto a JUCEG, representada pelos seus sócio **GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA**, sociedade privada com sede na Rua Tabapuã, 649, 9º andar, sala 91, Itaim Bibi, CEP: 04533-012, inscrita no CNPJ nº 05.539.760/0001-95, e **WILSON DE ANDRADE COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 546.306 SSP/MG e CPF nº 042.519.78-53, residente e domiciliado na Rua Indaiá, 152, Campinas/SP, CEP: 13.092-577, doravante RECIPIENTE, nos termos e condições a seguir

1. JUSTIFICAÇÃO

A **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA.**, acima qualificada, levando em consideração os interesses sociais e os aspectos operacionais e gerenciais da descentralização de diferentes seguimentos da empresa e, objetivando, a redução de suas despesas administrativas, o aperfeiçoamento de suas atividades essenciais fulcrado em eficiência e competitividade, deliberou promover sua cisão parcial, com versão de parte do seu patrimônio imaterial (acervos

técnicos) para a empresa **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA** acima qualificada.

1.1. A finalidade da cisão parcial da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA** é sua reorganização empresarial e mercadológica, além de sua melhor administração, diante da expertise adquirida ao longo dos anos, que hoje não vem sendo utilizadas. De outro lado a empresa, **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, pretende se valer deste patrimônio imaterial para o desenvolvimento das suas próprias atividades e objetivos sociais e mercadológicos, uma vez que possui condições técnicas e plenas para este fim visando o bom desenvolvimento das suas atividades sociais, conforme protocolo abaixo.

1.2. Com a cisão parcial e consequente aquisição parcial do patrimônio imaterial, resultará numa melhor segregação das atividades desenvolvidas, proporcionando maior eficiência na condução deste patrimônio ao encontro do objetivo que lhe é destinado.

1.3. A cisão parcial da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, não importará em qualquer interrupção da continuidade nas suas atividades;

1.4. O laudo de avaliação contábil, elaborado por técnico, está de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis e com a operação de cisão de que trata o presente Protocolo e Justificação de Cisão;

1.5 . A presente Cisão ocorre **Sem Solidariedade**, e em conformidade com o disposto no art. 233, § único, da Lei nº 6.404/76, de maneira que a **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, será responsável apenas pelas obrigações que lhe forem transferidas em relação à Parcela Cindida.

1.6. Para o cumprimento do disposto no artigo 8º da Lei n. 6.404/76, foram nomeados a empresa **De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S – CNPJ: 00.146.568/0001-1** representada pelo seu contador **Lairdo Severo de Lucca Filho, CPF: 010.824.178-58 e CRC 1sp112.994/O-5**, e dois peritos, o Engenheiro Civil, Sr. **Ricardo Benez Neto, CREA-SP nº 0601297145 e RNP nº 2603109014**, a fim de procederem à realização de Laudo de Avaliação do Acervo Técnico a ser transferido, o qual foi devidamente assinado pelos responsáveis.



EGP

2. PROTOCOLO DE INTENÇÕES

2.1. Este protocolo tem por objetivo regular a cisão parcial do patrimônio imaterial da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, em favor da **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA** conforme descrito acima.

2.2 Os pontos básicos estabelecidos para a Transferência e Integralização do Acervo Técnico da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, para o acervo da empresa **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, observará os moldes estabelecidos nos artigos 1.113 a 1.122 da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil Brasileiro”) e Artigos 223 a 226 e 229 da Lei nº 6.404/1996 (“Lei das Sociedades por Ações”)

2.3. A cisão parcial é efetuada mediante a transferência de parte do Acervo Técnico para a **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA** que permitirá a otimização do acervo do segmento, reunido ao longo dos anos, possibilitando a manutenção de ativos intangíveis de relevante importância nesta área de atividade, sem que haja prejuízo à operação e continuidade da empresa **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**

2.4. Este acervo técnico é constituído pelo currículo, expertise e experiências, representado pelos atestados de execução de obras e serviços, emitidos por contratantes de serviços públicos ou privados, constantes do Anexo I do laudo de Avaliação, que faz parte deste protocolo.

2.5. Pela entrega dos seguintes documentos constantes de seu arquivo, necessários à execução dos contratos cuja tecnologia ora se transferem, exemplificativamente:

2.5.1– editais de licitação dos respectivos contratos e outros em que participou;

2.5.2- documentos, cálculos feitos para a elaboração de propostas, comercial e técnica, bem como cronograma físico–financeiro;

2.5.3 - pesquisas e tomadas de preços para a aquisição de materiais e mão de obra terceirizada;

2.5.4 - cálculos dos valores de mercado da mão de obra própria para o trabalho nas especialidades de cada contrato e encargos sociais;

2.5.5 - documentos referentes às licitações (reuniões, propostas concorrentes, quadros comparativos, decisões e recursos);

2.5.6 - contratos e respectivos aditamentos;

2.5.7 - detalhamento de projetos e memoriais descritivos;

2.5.8 - diários de obras;

2.5.9 - relação de correspondência trocada entre os contratantes, inclusive posteriores ao término da obra;

2.5.10 - termos de entrega de obras provisórias e definitivas;

2.5.11 – programas de computadores contendo planilhas e cálculos, como também minutas de elaboração de propostas.

3. Responsável Técnico dos Atestados: Fica aqui estabelecido que, com a aprovação e efetivação da cisão parcial da sociedade com versão de parte do seu patrimônio da **PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA**, para a empresa **EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA**, a mesma terá garantido o direito de uso pleno operacional dos atestados transferidos relacionados no **anexo I do Laudo de Avaliação**, desde que o Engenheiro Civil, Sr. Ednilson Artioli, inscrito no CREA-SP nº 0601343340, esteja anotado como responsável técnico perante o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo.

4. A presente CISÃO não representará assunção entre as partes, de responsabilidade de natureza trabalhista, tributária e/ou cível, seja de forma solidária ou subsidiária, nos termos do disposto no art. 233, § único, da Lei nº 6.404/76.

5. A Cisão Parcial não importará no encerramento das atividades da Cindida, a qual prosseguirá com suas próprias atividades, sem qualquer alteração.

Pelos motivos expostos, todos os sócios assinam este instrumento particular de Protocolo e Justificação, em sinal de concordância, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES FI
Data: 04/01/2024 11:14:54-0300
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

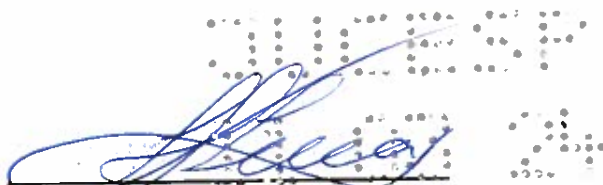
PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU- LTDA
ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES

WILSON DE ANDRADE COSTA:04251970853

Assinado de forma digital por WILSON DE ANDRADE
COSTA:04251970853
Dados: 2024.01.04 08:35:40 -03'00'

EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA
GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA
WILSON DE ANDRADE COSTA

h



De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S – CNPJ: 00.146.568/0001-15

Lairdo Severo de Lucca Filho

CPF: 010.824.178-58

CRC: 1sp112.994/O-5

TESTEMUNHAS:

1ª)

Assinatura: _____

Nome: Rodrigo de Credo

RG. 32.035.531-7.

**RODRIGO DE
CREDO:22232
546837**

Assinado de forma
digital por RODRIGO DE
CREDO:22232546837
Dados: 2024.01.04
06:50:27 -03'00'

2ª)

Assinatura: _____

Nome: Luiz Henrique da Silveira Moraes

RG. 33.154.408-8

**LUIZ HENRIQUE DA
SILVEIRA
MORAES:31944074
813**

Assinado de forma digital por
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
MORAES:31944074813
Dados: 2024.01.04 06:56:41
-03'00'

DUCE SP
11 03 24

Laudo de Avaliação Econômico

Proprietário: Pavimenta Engenharia e Participações SLU Ltda.

Endereço: Rua Oscar Caravelas, nº 234, Sumarezinho, São Paulo/SP, CEP 05441-000

Tipo: Avaliação Econômica – Acervo Técnico

Finalidade: Determinação de Valor de Mercado de Acervo Técnico, formado por CATs, para Cisão Parcial para composição do patrimônio da empresa **EGP – Empresa Global de Projetos e Obras Ltda.**, CNPJ 15.131.446/0001-22



DUCESP
11 03 24

- Habilitação futura em licitações;
- Possibilidade significativa de ganho em licitações.

5. CONCLUSÃO

Diante ao estabelecido, foi aplicado percentual tendo como base os valores contratuais finais atualizados monetariamente pelo IPCA-E (IBGE) de R\$ 2.010.474.375,35 (dois bilhões, dez milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) para todas CAT – Certificado de Acervo Técnico cujo valor final valorado foi de R\$ 184.963,64 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) que representa 0,0092%, em virtude do tipo de obra e importância para participação em futuras licitações com grandes chances de habilitação e que terão garantidos os seguintes:.

- À integração operacional;
- À evolução na tecnologia, no sistema de produção ou de comercialização;
- Ao fortalecimento competitivo no mercado diante da concorrência.

Estando as partes assim ajustadas, firmam o presente instrumento em (03) vias de igual teor e efeito.

São Paulo, 23 de novembro de 2023

RENATO RODRIGUES Assinado de forma digital por RENATO
LIMA:08794840806 RODRIGUES LIMA:08794840806
 Dados: 2023.11.24 16:11:49 -03'00'

Eng. civil Renato Rodrigues Lima.
CREA-SP nº 0601662349 - RNP nº 2605054128

Documento assinado digitalmente
gov.br HAMILTON HELIOTRÓPIO DE MATTOS
 Data: 24/11/2023 15:41:37 -0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eng. civil Hamilton Heliotropio de Mattos
CREA-SP nº 0600965322 - RNP nº 2602703893



De Lucca Assessoria Contábil Fiscal S/S – CNPJ: 00.146.568/0001-15
Lairdo Severo de Lucca Filho
CPF: 010.824.178-58
CRC: 1sp112.994/O-5

ANEXO I (Parte integrante do Laudo de Avaliação Econômica – Acervo Técnico da Pavimentação Engenharia e Participações SLU Ltda.

Detentor dos Acervos Técnicos: Eng. civil, CREA-SP nº 0601343340, Edilson Artoli.

Contratante	Objeto	Período	Nº CAT	Valor Final	Atualização monetária - base IPCA-E (IBGE), 02/1992
Consórcio Corredor D. Pedro I	Obras de recuperação de pavimentos	16/05/2014	30/12/2015	R\$ 12.013.520,19	R\$ 56.708.464,95
Consórcio Corredor D. Pedro I	Obras de recuperação de pavimento especial.	21/03/2013	01/03/2014	R\$ 15.809.510,88	R\$ 23.620.343,02
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução de melhorias de interseções na Rod. Prof. Zeferino Vas - SP-332	26/04/2011	30/11/2011	R\$ 7.757.433,13	R\$ 13.289.369,63
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução dos serviços de duplicação na SP-360, entre os km's 81+550 e 83+350	24/10/2011	30/12/2013	R\$ 6.224.629,35	R\$ 9.498.517,35
Consórcio Corredor D. Pedro I	Serviços de recuperação de pavimento	27/05/2013	30/08/2016	R\$ 30.726.353,62	R\$ 37.538.702,70
Consórcio Corredor D. Pedro I	Serviços de recuperação de pavimento	23/07/2014	31/12/2015	R\$ 31.191.469,59	R\$ 40.556.820,62
Toyota do Brasil	Construção de pista de teste principal, pista de raio de giro, pista de paralelepípedos, pista de aclive e declive, rua de acesso e respectiva infraestrutura e instalações na fábrica da Toyota em Sorocaba.	01/11/2011	01/03/2012	R\$ 4.900.000,00	R\$ 8.212.105,51
Concessionária do Rodanél Oeste S.A	Execução de forma adequada os serviços da obra de Ampliação da Praça de Pedágio nº13, localizada no Km 25+360m, pista externa, da Rodovia do Rodanél Oeste (SP-021) abrangendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o contrato ACTUA-RO-4600006961/09.	10/08/2009	30/12/2010	R\$ 7.346.772,49	R\$ 13.366.792,81

Autopista Regis Bittencourt S.A	Recuperação e conservação do pavimento do Lote 01 da BR-116 Km 268,9/SP ao Km 463,8/SP, totalizando 194,9km	01/04/2017	31/08/2020	*2620200006923	R\$	95.014.817,20	R\$	102.436.310,55
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo	Restauração da Pista de SP 068, trecho São José do Barreiro, Distrito Fomoso, entre o Km 268,30 e o Km 277,00 com 8,70km de extensão.	09/09/2015	08/12/2017	*2620180007461	R\$	13.349.995,02	R\$	15.691.725,66
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo	Contratação das Obras e Serviços de Recapeamento da pista e dos acostamentos, dispositivos e implantação de faixas adicionais da SP 461, trecho: Monções a Nhandeara, entre o Km 71,98 ao Km 94,75, com extensão 22,77 Km, lote 3, edital LPI 005/2014	07/04/2015	06/10/2016	*2620170007423	R\$	41.913.394,22	R\$	50.859.657,33
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A	Execução de forma adequada a implantação de faixa adicional (4ª faixa) na Rodovia do Bandeirantes (SP-348), do Km 87+550 ao 89+175, pista Sul, de acordo com o contrato CCRACT-AB-460003326/2016.	07/07/2016	20/11/2017	*2620200003319	R\$	5.821.100,40	R\$	6.864.078,02
Concessionária do Aeroporto Internacional de Cofins S.A	Executou os serviços de readequação geométrica dos filets, das curvas, ampliação dos pátios, recuperação do pavimento PPD, Pista de pouso e Decolagem e das pistas de rolamento e nivelamento da faixa preparada da PPD e das pistas de rolamento de acordo com o contrato CCRACT-BH-AIRPORT-460030588/2015.	20/10/2015	20/09/2016	*1420180004850	R\$	62.134.278,57	R\$	75.570.027,21
Concessionária Rota das Bandeiras	Restauração do pavimento flexível da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) do Km 0 a 71 - Pista Norte; do Km 112 ao 119 - Pista Norte; do Km 26 ao 57 - Pista Sul; Trevos, Dispositivos e Marginais, na modalidade de preço unitário e prazo determinado, através do contrato nº CRB/ENG-281/2016.	05/02/2016	20/04/2018	*2620200006992	R\$	36.709.019,91	R\$	42.625.875,18
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Interligadas S.A	Executou os serviços de implantação de dispositivo de interseção da PR-151 e o alargamento da QAE localizada no Km 197+600 da PR-092, de acordo com contrato 460022721.	10/03/2014	17/01/2018	*4192/2020	R\$	28.057.900,72	R\$	32.864.527,75

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A	Executou os serviços de ampliação de capacidade do seguinte trecho da Rodovia Anhanguera (SP-330): "Lote 1": Implantação de Marginais do Km 89,2 ao Km 92,1, pista norte e do Km 92, pista Sul. O escopo detalhado tem: início da Margina Sul; Estaca 1000+0,00 (aprox. KM92) final da marginal Sul; Estaca 1302+11,686 (aprox. KM96) início da marginal Norte; Estaca 381+4,792 (aprox. KM 92), incluindo eixo 300 da pista Norte, de acordo com o contrato 4600019704.	06/06/2013	30/03/2015	*2620200008515	R\$ 48.762.506,93	R\$ 67.858.836,01
Rodovias Integradas do Oeste S.A	Executou os serviços de Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), trecho do Km 148+000 ao Km 158+400, de acordo com o contrato 4600019709.	30/05/2013	21/01/2015	*2620210003078	R\$ 55.779.870,75	R\$ 79.356.783,80
Concessionária Rododanel Oeste S.A	Executou os serviços de implantação de 5ª faixa, localizada entre o Km 21+800 ao Km 23+300, estaca 21+755 a estaca 23+300, pista externa do trecho oeste do Rododanel Mário Covas (SP-021), incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com contrato ACTUA-RO-4600013258/11.	16/10/2012	13/02/2013	*2620150002180	R\$ 2.799.244,00	R\$ 4.448.525,53
Saecti - Superintendencia de Água e Esgoto da cidade de Leme	Contratação de execução do remanescente das obras da Estação de Tratamento de Esgoto e Sistema Sanitário do Município de Leme, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, com recursos provenientes do programa do governo federal PAC-FGTS, saneamento para todos Leme/SP.	10/01/2011	03/01/2014	*2620150007053	R\$ 13.599.965,16	R\$ 20.598.475,95
Concessionária do Rododanel Oeste S.A	Executou os serviços de Recapeamento asfáltico do pavimento com camada porosa de alívio, no trecho situado entre Km 20+000 ao Km 24+000, pista interna e pista externa do Rododanel Mário Covas, trecho Oeste (SP-021), de acordo com o contrato ACTUA-RO-4600010533/10	21/10/2010	30/07/2013	*2620130012726	R\$ 5.187.535,26	R\$ 8.039.345,94

Concessionárias Rodovias Oeste de São Paulo - Via Oeste S.A	Execução as obras de ampliação das Praças de Pedágio localizadas no Km 18 (Pista Oeste) e Km 20 (Pista Leste), da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280); as obras de implantação de alça de acesso ao Rodanél Médio Covas, trecho Oeste, (SP-021) no Km 18 (Pista Oeste), da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) e as obras de implantação de acesso a Petróbrás, localizada prox. ao Km 20 (Pista Oeste), da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280), de acordo com contrato ACTUA VO-4600006522/09.	29/05/2009	25/10/2010	*2620140013613	R\$	32.765.814,34	R\$	60.499.930,02
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução de Serviços de recuperação de Pavimentos para as obras do corredor Dom Pedro I em vários Trevos e Rodovias: Imprimadura Betuminosa ligante 324.704,72m² escavação e carga de material de 1/2 categoria: 227.854,67m³.	27/05/2013	30/08/2016	*2620190005224	R\$	30.726.353,62	R\$	37.538.702,70
Concessionária Rodovia do Oeste de São Paulo - Via Oeste S.A	Executaram a complementação do Complexo Viário próximo a Vargem Grande Paulista na Rodovia Raposo Tavares (SP-270), abrangendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o contrato ACTUA-VO-2591/07	13/02/2007	20/05/2011	*2620140000534	R\$	16.045.292,17	R\$	28.111.380,76
Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Obras de pavimentação asfáltica, guias, sarjetas e serviços complementares em bairros e logradouros, pontas de ruas e ou/avenidas no município.	19/09/2005	19/09/2007	*2620140000403	R\$	36.178.007,34	R\$	77.572.094,66
DER - Departamento de Estradas e Rodagem	Exec. Obr. Serv. Recup. Estr. Vic. Est.S.P. Comp. Prog. Pro Vichnal, Vlc. Passíveis de Estradualização - Lote 1-DR.1 - Estr.vic. IPL-254, ligação Ilapira a Mogi Guapu, com Guapu, Edital N. 01912007-co.	28/12/2007	28/08/2008	*2620120007246	R\$	5.186.050,29	R\$	10.504.494,74
Comissão de Rodovias do Interior Paulista S/A - Intervias	Execução de pavimentação para a Duplicação Ilapira/Mogi Mirim - Km 41+360 a Km 54+270 - SP 147 - Rodovia Eng. João Tosello	09/09/2004	28/04/2006	*SZO-73166	R\$	9.300.000,00	R\$	20.823.692,31
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER	Execução de serviços de conservação Rodoviária de rotina abrangendo o pavimento, revestimento vegetal, sistemas de drenagem, faixas de domínio elementos de segurança, nas rodovias, acessos, interligações, dispositivos e vias não pavimentadas sob jurisdição do DER/SP, com ext. 185,279 Km lote 2-RC 1.2 - Jundiá. Dispensa de Licitação: 003/13-NL-DER	01/03/2013	28/08/2018	*2620200000357	R\$	2.644.270,03	R\$	3.006.927,17

Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo	Execução de serviços de conservação Rodoviária de rotina abrangendo o pavimento, revestimento vegetal, sistemas de drenagem, faixas de domínio elementos de segurança, nas rodovias, acessos, interligações, dispositivos e vias não pavimentadas sob jurisdição do DER/SP, com ext. 179,359 Km lote 1-RC 1.1- Campinas. Dispensa de Licitação: 002/13-NL-DER	01/03/2013	26/08/2018	*2620190011390	R\$ 2.073.221,71	R\$ 2.357.560,54
Concessionária Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A	Executou as obras de microrevestimento asfáltico à quente, no trecho compreendido entre Km 11 e o Km 111 da Rodovia Anhanguera (SP-330), abrangendo o fornecimento de materiais (exceto CAP), equipamentos e mão de obra, de acordo com o contrato ACTUA-AB-4600014475/2011.	13/12/2011	30/04/2013	*2620150002516	R\$ 29.905.811,00	R\$ 46.974.791,87
Renovias Concessionária S/A	Execução da obra de duplicação do trecho compreendido entre o Km 226+600 e o Km 229+000 da Rodovia SP342.	08/09/2011	31/01/2013	*2620140007036	R\$ 25.600.700,84	R\$ 41.042.354,93
Concessi Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A	Executou as obras de restauração de pavimento flexível na Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), no trecho denominado Lote2 - do Km 53+500 ao Km 95+500, pistas Norte e Sul- assim como na Rodovia Adalberto Panzan (SP-102), no trecho entre o Km 0+000 e o Km 7+000, pistas Norte e Sul, abrangendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o contrato ACTUA-AB-4600007563/09.	04/01/2010	10/05/2012	*2620140000611	R\$ 60.705.418,28	R\$ 101.050.403,17
Construtora Norberto Odebrecht S.A	Recuperação e implantação de pavimento nas Rodovias do corredor Dom Pedro I, micro pista 15MM- 789,733, 10m², micro acostamento 10MM -275,097, 74M², microfresagem de pavimento asfáltico - 71,822, 76m²	19/01/2011	15/06/2012	*2620180000272	R\$ 23.497.699,29	R\$ 38.718.169,52
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A	Executou obra de complementação da Implantação de Marginais, no Estado do Rio de Janeiro, entre o Km 170+400m e o Km 176, pista Norte, segmentos 1,2,3, abrangendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o contrato CCRACCT-ND-4600017716/12	18/10/2012	20/04/2013	61651/2014	R\$ 20.516.814,99	R\$ 32.226.951,28
Concessionária Rota das Bandeiras S/A	Serviços de canalização do Ribeirão dos Pinheiros na cidade de Valinhos.	23/03/2016	30/11/2016	*2620170009832	R\$ 8.205.245,94	R\$ 9.937.744,24

Concessionária Anhanguera Bandeirantes S/A	Reciclagem de base betuminosa estabilizada com pó de pedra e cimento.	04/01/2010	25/09/2013	*262014000611	complementar	
Concessionária Anhanguera Bandeirantes S/A	Obras de restauração de pavimento flexível.	04/01/2010	10/05/2012	*2620120007227	R\$ 54.324.039,05	R\$ 90.427.942,08
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução de recuperação, implantação de pavimento.	01/02/2011	03/01/2013	*2620180001708	R\$ 38.499.712,80	R\$ 61.721.703,92
Rodovias Integradas do Oeste S.A	Serviços de duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), no trecho compreendido entre os km 117+400 e 142+000.	22/12/2011	23/12/2013	*2620140010150	R\$ 121.514.293,64	R\$ 185.425.599,13
Concessionária Anhanguera Bandeirantes S/A	Execução da terceira faixa, do km 128,00 ao 140,000, Pista norte e Sul da SP-330 - Anhanguera.	10/06/2015	02/06/2016	*2620160012693	R\$ 15.871.706,19	R\$ 19.573.318,20
VOA SP SPE S/A	Serviços de pavimentação e melhorias das pistas e vias do aeroporto Comandante Rolim Adolfo Amano - Jundiaí-SP.	01/04/2019	31/07/2019	*2620210013072	R\$ 1.588.048,45	R\$ 1.798.724,52
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo	Contratação de obras de recuperação da pista e dos acostamentos, implantação de dispositivos e faixas adicionais da SP-461, trecho Birigui - Turubá.	03/12/2015	03/02/2019	*2620210013203	R\$ 69.598.408,91	R\$ 102.199.681,69
Consórcio Corredor D. Pedro I	Obras de recuperação de pavimentos	16/05/2014	30/12/2015	*2620170006680	R\$ 12.013.520,19	R\$ 16.565.011,70
Consórcio Corredor D. Pedro I	Obras de recuperação de pavimento especial.	21/03/2013	01/03/2014	*2620170006118	R\$ 15.809.510,88	R\$ 25.048.375,61
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução de melhorias de interseções na Rod. Prof. Zeferino Vas - SP-332	26/04/2011	30/11/2011	*2620170006662	R\$ 7.757.433,13	R\$ 14.092.816,28
Consórcio Corredor D. Pedro I	Execução dos serviços de duplicação na SP-360, entre os km's 81+550 e 83+350	24/10/2011	30/12/2013	*2620170005879	R\$ 6.224.629,35	R\$ 10.072.777,38

Consórcio Corredor D. Pedro I	Serviços de recuperação de pavimento	27/05/2013	30/08/2016	*2620190005224	R\$	30.726.353,62	R\$	39.808.212,63
Consórcio Corredor D. Pedro I	Serviços de recuperação de pavimento	23/07/2014	31/12/2015	*2620180005095	R\$	31.191.469,59	R\$	43.008.797,64
Consórcio 5 Vias	Execução nas obras de pavimentação asfáltica nas Rodovias SP-191, km 66+200 (Avaras/ Rio Claro), e SP-330, km 158+500 ao km 192+750 (Cordeiros/ Leme), Estado de São Paulo	24/05/2000	30/08/2000	FL-11087	R\$	2.169.234,37	R\$	8.789.280,39
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo	Obras de recuperação da pista e dos acostamentos, implantação de dispositivos e faixas adicionais da SP-461, Trecho Birigui - Turubá, entre o km 24.000 e o km 71.980, totalizando 47,98 km de extensão.	03/12/2015	03/02/2019	*2620210013203	R\$	69.598.408,91	R\$	89.654.345,77
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo	Restauração da pista e pavimentação dos acostamentos da SP-250, trecho Guapiara - Apiaí (DM), do Km 261,50 ao km 286,02, com 24,52 km de extensão.	04/12/2015	03/12/2018	*2620230006521	R\$	63.503.548,42	R\$	81.917.284,98
Total Atualizado					R\$	2.010.474.375,35		

RENATO RODRIGUES Assinado de forma digital por
 RENATO RODRIGUES
 LIMA:08794840806
 Dados: 2023.11.24 16:13:23 -03'00'

Documento assinado digitalmente
 HAMILTON HELOTTROPO DE MATTOS
 Data: 24/11/2023 15:41:37 -0300
 Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Eng. civil Renato Rodrigues Lima
 CREA-SP nº 0601662349 - RNP nº 2605054128

Eng. civil Hamilton Helotropio de Mattos
 CREA-SP nº 0600965322 - RNP nº 2602703893

Detucca Assessoria Contábil Fiscal S/S - CNPJ: 00.146.566/0001-15
 Laíro Severo de Lucca Filho
 CPF: 010.824.178-58
 CRC: 1sp112.994/O-5

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Declaração**

Eu, ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, portador da Cédula de Identidade nº 2987930, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 027.639.829-72, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU - LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Largo Padre Pericles, 145, SALA 36, Barra Funda, SP, São Paulo, CEP 01156-040, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



Documento assinado digitalmente

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FI

Data: 15/02/2024 10:55:22-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>**ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES****RG: 2987930****PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU - LTDA**

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Declaração**

Eu, ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES, portador da Cédula de Identidade nº 2987930, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 027.639.829-72, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU - LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Largo Padre Pericles, 145, SALA 36, Barra Funda, SP, São Paulo, CEP 01156-040, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES F
Data: 15/02/2024 10:55:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARÃES FERNANDES

RG: 2987930

PAVIMENTA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SLU - LTDA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02611949921	
02763982972	
04251970853	
15500292153	
21303235889	

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA NIRE : 52203475880 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: GOC2500375248			
NIRE (Sede) 52203475880		CNPJ 15.131.446/0001-22		Data de Ato Constitutivo 10/07/2015		
Início de Atividade 16/02/2012						
Endereço Completo Rodovia BR 050, Nº S/N, KM 245, DISTRITO DE PIRES BELO - Catalão/GO - CEP 75714-300						
Objeto Social A TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, DRENAGEM, SINALIZACAO VIARIA, CONSTRUCAO CIVIL, MINERACAO EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DO MINERIO, B DESENVOLVER, ELABORAR E OU COORDENAR A EXECUCAO DE ESTUDOS, PRESTACAO DE ASSESSORIA TECNICA E ESTRUTURACAO DE PROJETOS PRIVADOS PARA EXPLORACAO DE ATIVIDADE ECONOMICA OU PROJETOS PUBLICOS DE INFRAESTRUTURA, POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTACAO DE INTERESSE E OU OUTROS ADMITIDOS EM LEI, C SERVICOS GERAIS DE CONSERVACAO, MANUTENCAO RODOVIARIA, FERROVIARIA, LIMPEZA E OUTROS DE MANUTENCAO PREDIAL, D LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, E LIMPEZA PUBLICA E RURAL, F COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS PUBLICOS COM CAMINHAO COMPACTADOR, G COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS DE MINERACAO, H COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, I VARRICAO DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, J CAPINA MANUAL, MECANIZADA E QUIMICA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, K IMPLANTACAO E OPERACAO DE ATERRO SANITARIO, L OBRAS RODOVIARIAS, FERROVIARIAS, AEROPORTUARIAS, M PROJETOS DE ENGENHARIA, N SERVICOS DE USINAGEM, CONCRETAGEM, BRITAGEM E RELACIONADOS, O CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO, P ADMINISTRACAO E LOCACAO DE MOVEIS E IMOVEIS E A EXPLORACAO COMERCIAL DE TERMINAIS RODOVIARIOS, Q MOVIMENTACAO DE MATERIAIS, CARGA E TRANSPORTE E LOGISTICA R EXTRACAO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS NAO METALICOS EM GERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL, S A PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES COMO QUOTISTA OU ACIONISTA, T CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE MASSA ASFALTICA, U CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE BRITA E AGREGADOS, V CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO TIPO PORTLAND, W CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, X LOCACAO DE MAO DE OBRA DE PESSOAL PARA EMPRESA CLIENTE.						
Capital Social R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Capital Integralizado R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)						
Dados do Sócio						
Nome GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA		CPF/CNPJ 05.539.760/0001-95	Participação no capital R\$ 49.995.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA		CPF/CNPJ 213.032.358-89	Participação no capital R\$ 5.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome WILSON DE ANDRADE COSTA		CPF/CNPJ 042.519.708-53	Participação no capital R\$ 0,00	Espécie de sócio REPRESENTANTE LEGAL	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador						
Nome IVAN ALVARES FERNANDES		CPF 026.119.499-21		Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento						
Data 14/11/2024	Número 20243342853	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO			Situação ATIVA <hr/> Status SEM STATUS	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela						
1 - NIRE: 35920150763 Endereço Completo AVENIDA DOUTOR JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA, Nº 214, SALA 331 , JARDIM MADALENA, Campinas, SP, CEP: 13091611		CNPJ: 15.131.446/0003-94				
2 - NIRE: 33901650479 Endereço Completo ESTRADA SAO JOSE, Nº 131, GALPAO2 , PONTO CHIC, Nova Iguaçu, RJ, CEP: 26033130		CNPJ: 15.131.446/0004-75				
Observações: TENDO EM VISTA A REQUISICÃO Nº 19.00.01.01.41, EXPEDIDO(A) PELO SR. LUIZ CARLOS APARECIDO ANEZIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL- BAURU, NO QUAL DETERMINA QUE SEJA REALIZADO O ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS EM NOME DO CONTRIBUINTE: TRANSVALE -PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM, CNPJ Nº74.963.896/0001-78, NA EMPRESA EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA - NIRE 52203475880, CNPJ Nº15.131.446/0001-22. O ARROLAMENTO RECAIRA NO MONTANTE DE R\$229.727,02 REAIS. SENDO QUE A OCORRENCIA DE ALIENAÇÃO, TRANSFERENCIA OU ONERAÇÃO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS, DEVERA COMUNICAR A RECEITA FEDERAL, NO PRAZO DE 48 HORAS						

Esta certidão foi emitida automaticamente em 13/03/2025, às 09:25:06 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br>, com o código **GN2GPG2**.

SUZANA FONTES BORGES FILETI
Secretário-Geral

21ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL**EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.****NIRE: 52203475880 - CNPJ: 15.131.446/0001-22**

- a) – Altera Endereço da Sede da Sociedade;*
- b) – Admissão e Retirada de Sócios;*
- c) – Cessão de Quotas Intersócios;*
- d) – Nomeia e Destitui Diretores;*
- e) – Adequa Cláusulas de Interesse; e*
- f) – Consolida o Contrato Social.*

Por este instrumento particular,

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA. sociedade empresaria limitada, com sede na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, Sala 331-A, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP., CEP 13091-611, inscrita no CNPJ nº. 05.539.760/0001-95, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo–JUCESP, sob NIRE nº. 35.218.106.695, neste ato representada por seu sócio administrador RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157; e

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157.

ÚNICOS SÓCIOS da **EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Rodovia BR-050, s/n, Km 245, Bairro Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, CEP 75.714-300, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma do direito, proceder a presente Alteração Contratual e consolidar o Contrato Social, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: ALTERAR o endereço da sua sede social para a "**Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440**". Em razão disso o "caput" da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação, *mantendo-se inalterado o Parágrafo Único* da mesma:

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440; podendo abrir ou encerrar filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação de Sócios-Quotistas representando a maioria do capital social.

Cláusula Segunda: ADMITE-SE na sociedade, neste ato, o sócio **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.

Cláusula Terceira: RETIRA-SE da sociedade nesta data, a sócia **GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA.**, *QUE CEDE E TRANSFERE A TÍTULO ONEROSO A INTEGRALIDADE DE SUAS QUOTAS*, num total de 49.995.000 (quarenta e nove milhões e novecentos e noventa e cinco mil) de quotas, de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo sua participação R\$ 49.995.000,00 (quarenta e nove milhões e novecentos e noventa e cinco mil reais), bem como, os direitos e deveres de Ativo e de Passivo a elas inerentes, aos sócios, sendo: ao sócio remanescente, **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, o total de 24.995.000 (vinte e quatro milhões e novecentos e noventa e cinco mil) de quotas, de R\$ 1,00 real cada; e ao sócio, ora admitido, **EDNILSON ARTIOLI**, o total de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de quotas, operando-se, destarte, para todos os fins, a plena e irrevogável quitação.

Cláusula Quarta: Os sócios expressam, *para fins de satisfação das condições definidas no Contrato Social Consolidado, especialmente, nas Cláusulas Sétima, Oitava e Décima-Quinta do mesmo*, consentimento unânime e autorizam a presente alteração, as mutações havidas no quadro societário, com a admissão / retirada de sócios e a cessão onerosa das quotas intersócios, procedidas as cláusulas anteriores. E declaram que foram cumpridos todos os requisitos, procedimentos e prazos exigidos para a validação das referidas transações.

Cláusula Quinta: Em razão da admissão e retirada de sócios e das cessões onerosas de quotas, procedidas nas cláusulas anteriores, a CLÁUSULA QUINTA do Contrato Social passa, doravante, a se expressar com a redação seguinte, *mantidos seus parágrafos respectivos e com suas redações inalteradas*:

Cláusula Quinta – O Capital Social é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional, com acervo técnico, lucros acumulados e máquinas e equipamentos; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa a composição societária atualizada entre os sócios:

SÓCIOS-QUOTISTAS	QUOTAS	UNIT.	VALOR R\$
Ednilson Artioli	25.000.000	1,00	25.000.000,00
Ricardo Alexandre Bernini Bachiega	25.000.000	1,00	25.000.000,00
TOTAIS	50.000.000		50.000.000,00

Cláusula Sexta: Após as mutações e operações acima referidas, os sócios remanescentes, por decisão unânime, RESOLVEM:

- a) DESTITUIR do cargo de Diretor da Sociedade, o Senhor **IVAN ALVARES FERNANDES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 7.323.172, SSP-PR, e inscrição CPF nº. 026.119.499-21, domiciliado na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, Sala 331, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP 13091-611, eleito conforme a 16ª. Alteração Contratual registrada na JUCEG sob nº 20231011830, em 13/06/2023; E atestar, por sua vez, que as contas do período da gestão do mesmo restaram devidamente aprovadas e sem ressalvas, com votos de agradecimento pelos serviços prestados à sociedade durante o exercício de suas funções;
- b) ELEGER e nomear, neste ato, para o cargo de Diretor da Sociedade o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.

Cláusula Sétima: Em decorrência da destituição de diretor citado e a eleição e nomeação de novo diretor, procedidas na cláusula anterior, readequa-se o PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato Social, cuja cláusula e seus parágrafos, doravante, passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Décima – A representação legal da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sem designação específica, Sócios ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Reunião e deliberação dos Sócios no Contrato Social ou através de Ata de Assembleia Geral de Quotista, conforme poderes, autorizações, limitações e restrições estabelecidas neste instrumento.

*Parágrafo Primeiro – Foram eleitos e nomeados como Diretores da Sociedade, o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077 – eleito e nomeado na forma desta 21ª. Alteração Contratual; E o Senhor **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157 – eleito e nomeado na forma da 16ª. Alteração Contratual, registrada na JUCEG sob nº. 20231011830, em 13/06/2023.*

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais atribuições, ficarão a cargo da Diretoria o planejamento global dos negócios da Sociedade, bem como a condução das áreas administrativas, financeiras e operacionais.

Cláusula Oitava: Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso à cargos públicos por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona: O que não foi alterado pela presente continua a vigor nos termos do Contrato Social, doravante, expressado pelo contido nesta Consolidação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

EDNILSON ARTIOLI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157.

ÚNICOS SÓCIOS da EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA., sociedade empresária limitada, sediada na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma do direito, promover alterações no Contrato Social e aprovar sua Consolidação, mediante as cláusulas seguintes:

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula Primeira – A sociedade tem a denominação de **EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.** e é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a ela aplicáveis e, na ocorrência de questões que não possam ser solucionadas pelo Contrato Social ou pela mencionada lei civil, e regida, supletiva e exclusivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440; podendo abrir ou encerrar filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação de Sócios-Quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo único: A FILIAL I – sediada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, sala 331, Bairro Jardim Madalena, CEP 13091-611, com início de atividade em 03/12/2021, explorando o mesmo ramo de atividade da matriz e está inscrita no CNPJ nº. 15.131.446/0003-94; e a FILIAL II – sediada na Cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada São José, nº. 131, Galpão 2, Bairro Ponto Chic, CEP 26033-130, com início de atividade em 20/09/2024, explorando o mesmo ramo de atividade da matriz e está inscrita no CNPJ nº. 15.131.446/0004-75.

Cláusula Terceira – A Sociedade tem por objeto social:

- a) Terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, drenagem, sinalização viária, construção civil, mineração (extração e beneficiamento do minério);
 - b) Desenvolver, elaborar e/ou coordenar a execução de estudos, prestação de assessoria técnica e estruturação de projetos privados para exploração de atividade econômica ou projetos públicos de infraestrutura, por meio de procedimento de manifestação de interesse e/ou outros admitidos em Lei;
 - c) Serviços gerais de conservação, manutenção rodoviária, ferroviária, limpeza e outros de manutenção predial;
 - d) Locação de equipamentos leves e pesados;
 - e) Limpeza pública e rural;
 - f) Coleta e transporte de resíduos sólidos públicos com caminhão compactador;
 - g) Coleta e transporte de resíduos sólidos de mineração;
 - h) Coleta e transporte de resíduos sólidos industriais e comerciais;
 - i) Varrição de vias e logradouros públicos;
 - j) Capina Manual, Mecanizada e química de vias e logradouros públicos;
 - k) Implantação e operação de aterro sanitário;
 - l) Obras rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias;
 - m) Projetos de Engenharia;
 - n) Serviços de usinagem, concretagem, britagem e relacionados;
 - o) Confeção, usinagem e comercialização de concreto betuminoso usinado;
 - p) Administração e locação de moveis e imóveis e a exploração comercial de terminais rodoviários;
 - q) Movimentação de materiais, carga e transporte e logística;
-

- r) *Extração e aproveitamento de minerais não metálicos em geral e beneficiamento associado em todo o território nacional;*
- s) *A participação em outras sociedades como quotista ou acionista.*
- t) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Massa Asfáltica;*
- u) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Brita e Agregados;*
- v) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Concreto (Tipo Portland);*
- w) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Artefatos de Concreto.*
- x) *Locação de mão de obra de pessoal para empresa cliente.*

Cláusula Quarta – *A sociedade iniciou suas atividades em 16/02/2012 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.*

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

Cláusula Quinta – *O Capital Social é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional, com acervo técnico, lucros acumulados e máquinas e equipamentos; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa a composição societária atualizada entre os sócios:*

<i>SÓCIOS-QUOTISTAS</i>	<i>QUOTAS</i>	<i>UNIT.</i>	<i>VALOR R\$</i>
<i>Ednilson Artioli</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>Ricardo Alexandre Bernini Bachiega</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>TOTAIS</i>	<i>50.000.000</i>		<i>50.000.000,00</i>

Parágrafo Primeiro - *De acordo com o artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos os Sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.*

Parágrafo Segundo - *As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, conferindo, cada uma, o direito a um voto nas deliberações sociais.*

Parágrafo Terceiro - *Os Sócios terão preferência para participar do aumento do capital social, na proporção das quotas de que sejam titulares, até 30 (trinta) dias após a deliberação. A eventual cessão do direito de preferência deverá observar, no que lhe for aplicável, o disposto na Cláusula Décima-Quinta deste Contrato Social.*

Parágrafo Quarto - O capital social poderá ser aumentado através de deliberação dos Sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital, com a correspondente alteração do Contrato Social, desde que as quotas estejam totalmente integralizadas.

Cláusula Sexta - Na hipótese de decisão judicial determinando a penhora, ou qualquer outra constrição sobre qualquer quota representativa do capital Social da Sociedade, a Sociedade e o próprio sócio que tenha sofrido a constrição não permitirão que os terceiros beneficiados com tal decisão exerçam direitos de caráter político (direito de voto) oriundos da titularidade das quotas em razão do seu caráter "intuitu personae", cabendo-lhes apenas os direitos de caráter financeiro.

AS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula Sétima - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Sócios, ou através de resolução por escrito.

Parágrafo Primeiro - Dependem da deliberação dos Sócios, além de outras matérias designadas em lei, neste Contrato Social ou em Acordo de Sócios, as seguintes matérias:

- a) a aprovação anual das contas da administração;
- b) a designação, a destituição e a remuneração dos administradores;
- c) a alteração do Contrato Social;
- d) a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- f) o pedido de recuperação judicial ou a propositura de plano de recuperação extrajudicial.

Parágrafo Segundo - Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os Sócios devem se reunir para deliberar sobre as contas dos administradores e sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior.

Parágrafo Terceiro - A Reunião de Sócios será convocada por qualquer Sócio, sempre que necessário ou nos casos estabelecidos em lei, por meio de cartas e-mail, fax ou qualquer outra forma escrita estabelecida pelos Sócios, dispensadas as formalidades previstas no artigo 1.152, parágrafo 3º do Código Civil quando todos os Sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Quarto - As reuniões de Sócios tornam-se dispensáveis quando todos eles decidirem, por escrito, sobre as matérias que sejam seu objeto.

Parágrafo Quinto - Os Sócios podem ser representados nas reuniões por qualquer outro Sócio ou por advogado com mandato no qual estejam especificados os atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com respectiva ata.

Parágrafo Sexto - A Mesa dirigente dos trabalhos deverá acatar e respeitar rigorosamente os efeitos jurídicos de "Acordo de Sócios" que venha a ser arquivado na sede social da Sociedade, devendo abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do referido Acordo de Sócios.

Parágrafo Sétimo - Dos trabalhos e das deliberações nas reuniões de Sócios será lavrada, no "Livro de Atas de Reuniões de Sócios", ata assinada pelos Sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la. Cópia da ata autenticada pelos administradores será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, nos 20 (vinte) dias subseqüentes à reunião, para arquivamento e averbação. Ao Sócio que a solicitar, será entregue cópia autenticada da ata.

Parágrafo Oitavo - Havendo alteração do Contrato Social, exclusivamente no que se refere a direitos de Sócios e objeto social, fusão da Sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o Sócio que dissentir, o direito de retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à reunião, observado o disposto na Cláusula Décima-Nona.

Parágrafo Nono - As deliberações infringentes do Contrato ou da Lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula Oitava - *As deliberações dos Sócios serão tomadas por votos que representem a maioria absoluta do capital social da Sociedade, inclusive as matérias listadas a seguir, ressalvadas as regras específicas previstas neste Contrato Social e em lei, e desde que observadas as regras previstas em Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.*

- a) eleição e destituição dos Diretores da Sociedade fixando-lhes as atribuições;*
- b) fixação da remuneração dos Diretores.*

Parágrafo Único - *Sem prejuízo do disposto acima, a prática dos seguintes atos e operações dependerá da aprovação de Sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade:*

- a) quaisquer reduções ou aumentos no capital social da Sociedade;*
- b) alteração do objeto social;*
- c) outras hipóteses de alteração do contrato social da Sociedade;*
- d) alteração da política de distribuição de lucros ou antecipação de quaisquer pagamentos a títulos de distribuição de lucros;*
- e) definição quanto à participação da Sociedade no capital social de outras sociedades;*
- f) pedido de recuperação judicial, ou propositura de plano de recuperação extrajudicial e decretação de falência.*

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Nona – *A Administração da Sociedade compete à Diretoria eleita por deliberação dos sócios no Contrato Social ou através de Ata de Reunião de Sócios-Quotistas com as respectivas atribuições conferidas por lei, por este Contrato Social e por eventual Acordo de Sócios devidamente arquivado na sede da Sociedade.*

Parágrafo Primeiro – *Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso à cargos públicos por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.*

Parágrafo Segundo – O montante global da remuneração anual dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, será estabelecida anualmente por deliberação dos Sócios, ocasião em que serão estabelecidos os critérios para rateio da remuneração de cada administrador.

Parágrafo Terceiro – Os administradores da Sociedade são dispensados de prestar caução para garantia de suas gestões.

DA DIRETORIA

Cláusula Décima – A representação legal da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sem designação específica, Sócios ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Reunião e deliberação dos Sócios no Contrato Social ou através de Ata de Assembleia Geral de Quotista, conforme poderes, autorizações, limitações e restrições estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro – Foram eleitos e nomeados como Diretores da Sociedade, o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077 – eleito e nomeado na forma desta 21ª. Alteração Contratual; E o Senhor **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157 – eleito e nomeado na forma da 16ª. Alteração Contratual, registrada na JUCEG sob nº. 20231011830, em 13/06/2023.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais atribuições, ficarão a cargo da Diretoria o planejamento global dos negócios da Sociedade, bem como a condução das áreas administrativas, financeiras e operacionais.

Cláusula Décima-Primeira - O mandato dos membros da Diretoria será por prazo indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo vacância na Diretoria, os sócios deverão eleger o substituto.

Cláusula Décima-Segunda - À Diretoria compete os poderes gerais de representação e administração dos negócios e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída competência à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Bastará a assinatura isolada de 1 (um) Diretor para a prática de atos no curso normal das atividades sociais, tais como:

- a) representação da Companhia (em Juízo ou fora dele, perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, com poderes para receber citações e notificações);
- b) assinatura de documentos junto a repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipal;
- c) contratação e demissão de funcionários, bem como celebração de distratos ou rescisão de contratos celebrados pela Companhia.
- d) representar e assinar todos documentos perante a Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital, podendo praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato.

Parágrafo Segundo - A outorga de procurações em nome da Sociedade deverá contar, necessariamente, com a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores e, além de mencionarem expressamente a extensão dos poderes conferidos e a finalidade da outorga, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter período de validade limitado a 1 (um) ano.

Cláusula Décima-Terceira - A prática dos atos abaixo será excepcionalmente condicionada à assinatura em conjunto de (i) 2 (dois) Diretores eleitos; ou (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído na forma do artigo anterior:

- a) compra, venda, troca, oneração ou alienação de quaisquer bens imóveis ou participações societárias da Sociedade;*
- b) contratação de empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras públicas ou privadas e/ou concessão de garantias pela Sociedade;*
- c) propositura de ações, celebrar de acordos judiciais ou extrajudiciais quando o montante envolvido for igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);*
- d) celebração de quaisquer contratos cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por operação individualmente considerada ou pelo somatório de valores que digam respeito à mesma operação ou prestação;*
- e) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, assinatura de cheques, emissão de ordens de pagamento, emissão de duplicatas, letras de câmbio, assinatura de vendas e aquisição de mercadorias e serviços, recibos ou documentos similares de quitação;*
- f) todos os demais atos necessários ou convenientes à administração e representação da Sociedade.*

ATOS VEDADOS

Cláusula Décima-Quarta - São expressamente vedados, sendo inoperantes e nulos em relação à Sociedade, os atos de qualquer dos Sócios, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos seus objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula Décima-Quinta - Nenhum dos Sócios poderá alienar, ceder, onerar ou transferir qualquer de suas quotas aos demais Sócios-Quotistas ou a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, dos outros Sócios, que terão absoluta preferência na aquisição de quotas, sob as mesmas condições e preço.

Parágrafo único - A venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição das quotas da Sociedade ou de qualquer participação ou direito sobre as quotas da Sociedade deverá observar os termos de Acordos de Sócios devidamente arquivados na sede da Sociedade. Nenhuma venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição de quotas da Sociedade terá eficácia a menos e até que os termos e condições estabelecidos em Acordos de Sócios tenham sido totalmente cumpridos.

EXCLUSÃO DE SÓCIO-QUOTISTA

Cláusula Décima-Sexta - Os Sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade, entendendo que um ou mais Sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluir os demais Sócios por justa causa, mediante alteração do Contrato Social, caso um Sócio não cumpra com suas obrigações, conforme previsto no artigo 1.085 do Código Civil.

Parágrafo Primeiro – Conforme o artigo 1.085 acima mencionado, entende-se por "justa causa":

- (i) a injustificada falta de cooperação com as políticas e estratégias da Sociedade, as quais são estabelecidas pelos Sócios; e/ou
- (ii) a falta de integralização do capital social subscrito, dentro do prazo estabelecido neste Contrato Social; e/ou
- (iii) perda da "affectio societatis"; e/ou
- (iv) solicitação ou contratação de qualquer administrador, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços para fins pessoais; e/ou
- (v) a sobreposição de interesses pessoais aos interesses da Sociedade, bem como a criação de desavenças, injúrias graves, acusações difamatórias que direta ou indiretamente comprometam a imagem da Sociedade e a condução de suas atividades.

Parágrafo Segundo - A exclusão de Sócios será determinada em reunião especialmente convocada para esse fim. Os Sócios deverão convocá-la no prazo de 8 (oito) dias, prazo este suficiente para dar ciência ao Sócio sujeito à exclusão, permitindo o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro – A notificação do Sócio sujeito à exclusão poderá ser feita, entre outras formas, por meio de e-mail ou carta registrada, sendo que o seu não comparecimento será caracterizado como confissão.

Parágrafo Quarto – Os haveres do Sócio excluído serão calculados nos moldes da Cláusula Décima-Nona e seguintes do presente instrumento.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Cláusula Décima-Sétima – O exercício social da Sociedade coincidirá com o ano civil. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados da Sociedade, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A aprovação, sem reservas, das demonstrações financeiras, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração. O direito de anular esta aprovação se extingue em 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – A Sociedade poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação dos Sócios, declarar e distribuir lucros à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Parágrafo Terceiro – Como regra os lucros eventualmente auferidos serão distribuídos aos Sócios proporcionalmente à participação de cada um destes no capital social. Não obstante, havendo deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social e aprovação de forma unânime, devidamente formalizadas em Atas, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente à participação de cada um destes no capital social.

Parágrafo Quarto – Os Sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital social.

LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO, IMPEDIMENTO E RETIRADA DA SOCIEDADE

Cláusula Décima-Oitava - A Sociedade será liquidada nas situações previstas em lei e será dissolvida conforme deliberação de Sócios representando pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade.

Parágrafo Único - Nos eventos de liquidação e dissolução da Sociedade, os Sócios, representando a maioria do capital social, deverão nomear um terceiro para gerenciar a liquidação ou dissolução, estabelecendo seus poderes. Neste caso, os haveres da Sociedade deverão ser destinados ao pagamento das dívidas de responsabilidade da Sociedade, e o montante remanescente deverá ser rateado entre os Sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula Décima-Nona - Na hipótese de falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de qualquer Sócios, a Sociedade não será dissolvida, e prosseguirá existindo com os Sócios remanescentes, salvo se os Sócios representando a maioria do capital social decidam dissolver a Sociedade.

Parágrafo Primeiro - Em caso de falecimento, impedimento, retirada, falência, dissolução ou exclusão de Sócio, o valor de sua(s) quota(s), considerada(s) pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, conforme avaliação a ser elaborada por empresa de auditoria externa ou instituição financeira de primeira linha, contratada pela Sociedade, adotando-se como data-base a data da resolução. O pagamento deverá ser corrigido monetariamente de acordo com o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") e, em caso de extinção ou não-aplicabilidade deste índice, a correção monetária deverá ocorrer de acordo com outra taxa que corresponda ou substitua o IGP-M/FGV.

Parágrafo Segundo - A primeira parcela devida ao Sócio falecido, impedido, falido, retirado ou dissolvido deverá ser paga dentro de 3 (três) meses a contar da data do evento, na forma prevista no parágrafo abaixo.

Parágrafo Terceiro - A quantia devida ao Sócio excluído deverá ser paga dentro de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do arquivamento do documento societário que aprovar a exclusão perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sendo o valor corrigido monetariamente, segundo o índice previsto acima.

Parágrafo Quarto - O falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de Sócio não o exime, nem aos seus sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos depois do registro da correspondente resolução da Sociedade.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula Viséxima - Se quaisquer disputas ou conflitos (doravante referidos conjuntamente como "Conflito"), de qualquer natureza, surgirem em relação a este Contrato Social, os Sócios envidarão seus melhores esforços para solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e caso falharem em chegar a um consenso, então o Conflito será resolvido definitivamente e

exclusivamente por arbitragem, com sede em São Paulo, de acordo com a Lei nº 9.307/96. A administração do procedimento arbitral caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. A Arbitragem será conduzida de acordo com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento") vigentes na ocasião da arbitragem, exceto conforme essas regras possam ser modificadas por este Contrato Social ou por acordo mútuo das Partes.

Parágrafo Primeiro - *O local da arbitragem será São Paulo/SP, Brasil e tal arbitragem será conduzida em português, ficando ressalvado, contudo, que qualquer um dos Sócios poderá apresentar depoimentos ou provas documentárias em qualquer língua, se fornecer, a pedido do outro Sócio, uma tradução para o português desse depoimento ou prova documentária, aplicando-se unicamente o direito brasileiro.*

Parágrafo Segundo - *A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, os quais serão indicados pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na forma de seu Regulamento.*

Parágrafo Terceiro - *A Parte derrotada deverá arcar com os custos e despesas do processo de arbitragem, inclusive honorários advocatícios, conforme determinado na sentença arbitral.*

Parágrafo Quarto - *Os processos arbitrais devem continuar a ser conduzidos mesmo diante da recusa ou abstenção de uma das Partes no processo.*

Cláusula Viséxima-Primeira - *As Partes elegem o foro central da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, unicamente para a propositura de:*

- (i) ação cautelar preparatória;*
 - (ii) a ação anulatória de que trata o art. 33 da Lei nº 9.307/96;*
 - (iii) ação de execução da sentença arbitral;*
 - (iv) execução de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais;*
 - (v) obrigações que comportam execução específica e*
 - (vi) ações relativas a litígios que não possam ser resolvidos por arbitragem, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 9.307/96, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.*
-

E por estarem de pleno acordo com os termos aqui expressos, assinam o presente Instrumento em UMA VIA para todos os fins legais.

Catalão - GO, 02 de maio de 2025.

(Assinado via Certificado Digital)

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA.

Ricardo Alexandre Bernini Bachiega - Sócio Administrador
Sócia/Retirante

(Assinado via Certificado Digital)

EDNILSON ARTIOLI

Sócio/Admitido

(Assinado via Certificado Digital)

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Sócio

(Assinado via Certificado Digital)

EDNILSON ARTIOLI

Diretor/Administrador - ADMITIDO

(Assinado via Certificado Digital)

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Diretor/Administrador

(Assinado via Certificado Digital)

IVAN ALVARES FERNANDES

Diretor/Administrador – DESTITUÍDO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02611949921	
06288771880	
21303235889	

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA NIRE : 52203475880 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: GOC2500802686		
NIRE (Sede) 52203475880		CNPJ 15.131.446/0001-22		Data de Ato Constitutivo 10/07/2015	
Início de Atividade 16/02/2012					
Endereço Completo Avenida RAULINA FONSECA PASCOAL, Nº 2.555, SALA 02, LOTEAMENTO SANTA HELENA II - Catalão/GO - CEP 75704-440					
Objeto Social A TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, DRENAGEM, SINALIZACAO VIARIA, CONSTRUCAO CIVIL, MINERACAO EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DO MINERIO, B DESENVOLVER, ELABORAR E OU COORDENAR A EXECUCAO DE ESTUDOS, PRESTACAO DE ASSESSORIA TECNICA E ESTRUTURACAO DE PROJETOS PRIVADOS PARA EXPLORACAO DE ATIVIDADE ECONOMICA OU PROJETOS PUBLICOS DE INFRAESTRUTURA, POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTACAO DE INTERESSE E OU OUTROS ADMITIDOS EM LEI, C SERVICOS GERAIS DE CONSERVACAO, MANUTENCAO RODOVIARIA, FERROVIARIA, LIMPEZA E OUTROS DE MANUTENCAO PREDIAL, D LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, E LIMPEZA PUBLICA E RURAL, F COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS PUBLICOS COM CAMINHAO COMPACTADOR, G COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS DE MINERACAO, H COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, I VARRICAO DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, J CAPINA MANUAL, MECANIZADA E QUIMICA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, K IMPLANTACAO E OPERACAO DE ATERRO SANITARIO, L OBRAS RODOVIARIAS, FERROVIARIAS, AEROPORTUARIAS, M PROJETOS DE ENGENHARIA, N SERVICOS DE USINAGEM, CONCRETAGEM, BRITAGEM E RELACIONADOS, O CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO, P ADMINISTRACAO E LOCACAO DE MOVEIS E IMOVEIS E A EXPLORACAO COMERCIAL DE TERMINAIS RODOVIARIOS, Q MOVIMENTACAO DE MATERIAIS, CARGA E TRANSPORTE E LOGISTICA R EXTRACAO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS NAO METALICOS EM GERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL, S A PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES COMO QUOTISTA OU ACIONISTA, T CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE MASSA ASFALTICA, U CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE BRITA E AGREGADOS, V CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO TIPO PORTLAND, W CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, X LOCACAO DE MAO DE OBRA DE PESSOAL PARA EMPRESA CLIENTE.					
Capital Social R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)					
Dados do Sócio					
Nome EDNILSON ARTIOLI		CPF/CNPJ 062.887.718-80		Participação no capital R\$ 25.000.000,00	
		Espécie de sócio Sócio		Administrador S	
				Término do mandato Indeterminado	
Nome RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA		CPF/CNPJ 213.032.358-89		Participação no capital R\$ 25.000.000,00	
		Espécie de sócio Sócio		Administrador S	
				Término do mandato Indeterminado	
Dados do Administrador					
Nome EDNILSON ARTIOLI		CPF 062.887.718-80		Término do mandato Indeterminado	
Nome RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA		CPF 213.032.358-89		Término do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento					
Data 27/05/2025		Número 20251229157		Ato/eventos 002 / 071 - CESSÃO DE QUOTAS EM INSTRUMENTO APARTADO	
				Situação ATIVA Status SEM STATUS	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
1 - NIRE: 35920150763 CNPJ: 15.131.446/0003-94 Endereço Completo AVENIDA DOUTOR JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA, Nº 214, SALA 331 , JARDIM MADALENA, Campinas, SP, CEP: 13091611					
2 - NIRE: 33901650479 CNPJ: 15.131.446/0004-75 Endereço Completo ESTRADA SAO JOSE, Nº 131, GALPAO2 , PONTO CHIC, Nova Iguaçu, RJ, CEP: 26033130					
Observações: TENDO EM VISTA A REQUISICÃO Nº 19.00.01.01.41, EXPEDIDO(A) PELO SR. LUIZ CARLOS APARECIDO ANEZIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL- BAURU, NO QUAL DETERMINA QUE SEJA REALIZADO O ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS EM NOME DO CONTRIBUINTE: TRANSVALE -PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM, CNPJ Nº74.963.896/0001-78, NA EMPRESA EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA - NIRE 52203475880, CNPJ Nº15.131.446/0001-22. O ARROLAMENTO RECAIRÁ NO MONTANTE DE R\$229.727,02 REAIS. SENDO QUE A OCORRENCIA DE ALIENAÇÃO, TRANSFERENCIA OU ONERAÇÃO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS, DEVERÁ COMUNICAR A RECEITA FEDERAL, NO PRAZO DE 48 HORAS					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 29/05/2025, às 14:35:38 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br>, com o código QCDZNMKM.

SUZANA FONTES BORGES FILETI
Secretário-Geral